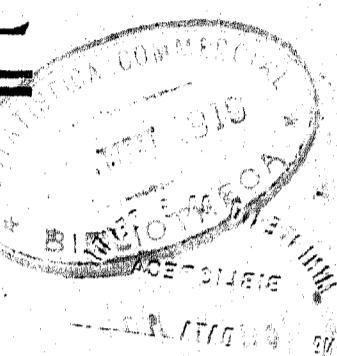


**1917**

**RETROSPECTO  
COMMERCIAL**

DO



**"JORNAL DO COMMERCIO"**



386

RIO DE JANEIRO  
Typ. do "JORNAL DO COMMERCIO" de Rodrigues & C.  
1918

## INDICE GERAL



PAGS.

Introdução.....	3—62
A guerra e suas consequências jurídicas e económicas.....	62—70
O Governo.....	70—77
IV situação financeira e a elaboração dos orçamentos.....	77—81
Dívida Pública.....	82—93
Credito — Bancos — Moeda.....	93—110
Caixas Económicas Federais.....	111—124
Câmbio.....	125—128
A arrecadação da renda da Alfandega.....	128
Fundos Públicos.....	129—132
Impostos.....	132—143
Patentes de invenção.....	143
Taxa de saneamento.....	144
Tratados de convenções.....	144—145
Actos oficiais.....	148—151
Exposições.....	152
Obras públicas.....	152
Illuminação pública.....	152
Estradas de ferro.....	152—162
Estradas de rodagem.....	163
Obras contra as secas.....	163
Navegação.....	163—174
Portos.....	175
Correios.....	175—177
Telegraphos.....	177—180
Commercio Exterior.....	181—187
Facturas consulares.....	188
Agricultura.....	189—209
Café.....	209—232
Borracha.....	233—237
Pecuária e seus produtos.....	237—257
Banha.....	257
Couros.....	258
Pelles.....	258
Xarque.....	258
Manganez.....	259—261
Arenas monazíticas.....	261
Algodão.....	262—274
Arroz.....	275
Assucar.....	276—278
Sal.....	287
Chá.....	287—291
Cera de carnaúba.....	291
Parinha de mandioca.....	291—292
Pedão.....	292
Frutos de mesa.....	293
Frutos para óleo.....	294
Fumo.....	294—299
Herva-matte.....	300—304
Madeiras.....	305—308
Cereais.....	309—313
Trigo.....	313—315
Carvão nacional.....	315—322

BIBLIOTECA  
ESTATE LIBRARY  
1013 DATA 19/12/94

	PAGS.
Indústrias.....	323—338
As fibras nacionais.....	339
A cultura da juta.....	340
Colonização e imigração.....	341—342
Movimento imigratório do porto do Rio de Janeiro.....	343
O comércio de chapéus.....	343
Revista do mercado.....	343—368
Estados.....	369—397
Jurisprudência.....	397—413

## Annexos — Quadros:

	NS.
Comércio Exterior do Brasil.....	1 a 4
Importação de mercadorias para consumo.....	5
Comércio do porto de Santos.....	6
Moedas e notas de banco estrangeiras.....	7
Dívida externa.....	8
Tesouro Nacional.....	9
A renda da União em 1916 e 1917.....	10
Relação dos empréstimos extensos que têm sido contrahidos pelo Brasil.....	11
Preços extremos mensais das apólices geradas de 5 %, do valor nominal de 1:000\$, nos últimos cinco anos.....	12
Preços extremos mensais das apólices do empréstimo de 1903, juros de 5 %, nos últimos cinco anos.....	13
Preços extremos mensais das apólices do empréstimo de 1903 do valor nominal de 1:000\$, juros de 5 %, nos últimos cinco anos.....	14
Movimento bancário.....	15 a 17
Carteiras dos principais bancos do Rio de Janeiro, mensalmente, durante o ano de 1917.....	18
Curso do cambio sobre as principais praias estrangeiras, sobre-taxa do café, valor oficial em ouro de 1:000, do agio do ouro, do ouro nacional em vales e da libra esterlina, durante o anno de 1917.....	19
Taxas de descontos do Banco de Inglaterra, do Banco de França e da Alemanha — Cotações de títulos brasileiros, da Revista Franceza e dos consolidados ingleses durante o anno de 1914.....	20
Mercado de café — 1917.....	21
Recapitulação das vendas de café, em Santos, no Rio e nas Bolsas estrangeiras, durante o anno de 1917, em sacas.....	22
Preços extremos, por arroba, nos «tipos» de Nova York, no Rio.....	23
Cotações extremas mensais do café n.º 7, disponível, de Santos, no mercado de Nova York, durante os últimos cinco anos.....	24
Cotações extremas mensais do café n.º 7, disponível, do Rio, no mercado de Nova York, durante os últimos cinco anos.....	25
X Entradas de café no Rio, em sacas de 60 kilogrammas, nos annos de 1914 a 1917.....	26
X Embarques mensais de café no Rio, em sacas de 60 kilogrammas, nos annos de 1916 e 1917, com designação dos destinos.....	27
Saídas de café do Rio, em sacas de 60 kilogrammas, nos annos de 1916-1917.....	28
Resumo, em sacas de 60 kilogrammas, dos embarques de café no Rio nos últimos tres annos, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro.....	29
Resumo, em sacas de 60 kilogrammas, dos embarques de café no Rio, nas últimas colheitas, de 1 de Janeiro a 30 de Junho.....	30
Movimento do mercado do Rio, durante os últimos cinco annos (em sacas).....	31
Entradas de café em Santos, em sacas de 60 kilos.....	32
Saídas de café, de Santos, em sacas de 60 kilogrammas.....	33
Cotações extremas, por 10 kilos, em Santos.....	34
Movimento geral do café na praia de Santos, durante o anno de 1917.....	35 a 36
Movimento das Bolsas de Nova York, Hamburgo e Londres, durante o anno de 1917.....	37
Preços do algodão em rama, por 10 kilos, no Rio de Janeiro, durante o anno de 1917.....	38
Entradas mensais no Rio de Janeiro e procedências do algodão, em rama, durante o anno de 1917.....	39
Preços de assucate por kilo, no mercado do Rio de Janeiro, durante o anno de 1917.....	40
Entradas de assucate por procedências, saídas, existências no Rio de Janeiro, durante o anno de 1917 e durante o decénio de 1907-1916.....	41
Centro Commercial de Ceará.....	42
Produtos da lavoura transportados do interior para esta Capital pela Th. Leopoldina Railway Co., durante o anno de 1917.....	43
Produtos da lavoura transportados do interior para esta Capital pela Companhia Cantareira e Estrada de Ferro Theresópolis, durante o anno de 1917.....	44
Produtos nacionais transportados para esta Capital pela E. F. Central do Brasil, durante o anno de 1917.....	45
Quadro demonstrativo do valor, em moeda corrente, dos cereais e outros produtos procedentes do interior e transportados pela E. F. C. do Brasil.....	46
Quadro demonstrativo do valor, em moeda corrente, dos cereais e outros produtos procedentes de diversos Estados.....	47
	48

Ns.

Quadro demonstrativo do valor, em moeda corrente, dos cereais e outros produtos procedentes do interior e transportados para esta Capital pela Leopoldina no anno de 1917, tendo por base os preços da média annual.....	49
Quadro demonstrativo do valor, em moeda corrente, dos cereais e outros produtos procedentes do interior e transportados para esta Capital pela Companhia Cantareira e E. du Ferro Theresópolis, no anno de 1917, tendo por base os preços da média annual.....	50
Directorio do Serviço de Povoamento.....	51
Importação de fazendas, nos annos de 1914 a 1917.....	52
Movimento marítimo por bandeiras em todos os portos do Brasil.....	53
Relação dos capitais das Sociedades comerciais e anonymas registradas na Junta Commercial durante o anno de 1917.....	54
Commercial durante os annos de 1916 e 1917.....	54
Renda do selo arrecadada pela Junta Commercial durante os annos de 1916 e 1917.....	55
Balanço do fundo de amortização dos empréstimos internos, papel, do mes de Dezembro de 1917.....	56
Alfandega do Rio de Janeiro.....	57
Lançamento de companhias na praia do Rio de Janeiro em 1917.....	58
Receita orguda, despesa fixada e dívida passiva dos principais países (1912).....	59
Caixa de Amortização.....	60
Exportação de ouro nativo.....	61
Dividendos durante o ultimo anno, segundo os relatórios publicados em 1917.....	62

1917

## Retrospecto Commercial

### 1. SITUAÇÃO GERAL DA GUERRA

A grande guerra influiu contradiitoriamente no campo económico. Se de um lado criou dificuldades, de outro abriu perspectivas novas e proporcionou o desenvolvimento de actividades até então desconhecidas.

A guerra moderna apresenta aspectos económicos totalmente diversos da guerra antiga. Danos; a luta era, por assim dizer, por simples procuração. Os exercitos plejavam, as marinhas procuravam conquistar o domínio do mar, mas grande parte das populações ficava alheia ao movimento provocado pela guerra. Sofria por meios indirectos, passivamente.

Hoje, a guerra mudou. Já não é feita por procuração; é exercida pelo povo inteiro. Não porque quasi toda a população masculina válida em idade de servir seja chamada às fileiras. Isso ainda seria um mandato recebido pelo maior número. Mas porque, além dos que entram nas batalhas, há os que ficam resistindo e organizando os elementos da vitória. Não basta formar os exercitos, é preciso equipá-los, municiá-los, armá-los, garantir o seu abastecimento e das populações civis.

Outra vez, exercitos e povos em guerra viviam do material acumulado na paz. O belligerante que esgotava em primeiro lugar esse stock tinha de se declarar vencido.

Agora, a situação é diversa. Os exercitos são enormes, tão grandes que não podem ser alimentados, pela região em que operam, tão grandes que impedem o trabalho da população civil para serem alimentados e municiados. Para isso, é necessário não só ir buscar longe o que falta, como apparelhar o país para a produção.

Assim, a guerra não é só destruição, é também criação. Os povos modernos não podem sustentar meses de guerra se não transformarem as suas indústrias e não continuarem ou não adaptarem a sua agricultura e o seu comércio.

O numero de productores diminui, em consequência da mobilização dos homens, e assim o numero de consumidores aumenta, porque camponeses e operários, que estavam habituados a uma vida sobria, são alimentados e vestidos pelo Estado, com outra abundância e outro conforto.

Grande parte da riqueza é consumida. Homens e máquinas desaparecem, destruindo capitais. Mas ao mesmo tempo novos apparelhamentos se espalham e a organização social se aperfeiçoa. Assim, se muitas indústrias utiles suspendem os seus trabalhos, se muita produção se estanca, se muitas riquezas são aniquiladas, usinas e campos se transformam, para servir a empolgante preocupação militar. Ora, a organização, com o objectivo de apparelhar os exercitos e as armadas de melhores elementos de vitória, cria no país novas riquezas, porque prepara as fábricas, as usinas e os campos que depois da paz poderão continuar a produzir — mas no sentido que a ordem industrial indicar.

Isto demonstra que o aniquilamento das fontes de produção não é hoje completo, como outrora, e que, ao contrário, as necessidades militares espalham novas actividades que não mais cessarão em tempo de paz.

A guerra actual dividiu o mundo em dois campos. Num dominam os Aliados, noutra os Impérios Centrais. Do primeiro participam todas as nações livres e neutras, a América, a Austrália, a África do Sul. Do segundo, só compõem cumplices os povos limítrofes. Pode-se dizer

zer que estes estão mais ou menos sitiado por aquelas.

O bloqueio à distância mantido pela Inglaterra criou grandes dificuldades à Alemanha. A vida económica nos Impérios Centrais está dirigida, fiscalizada pelo Estado, que avocou quasi todas as funções.

Nos povos aliados, a intervenção oficial é menor. Menor em relação à Alemanha. Em relação ao estado anterior à guerra é cada vez maior.

Cada vez maior porque a necessidade do superintender e distribuir os generos de alimentação e outras utilidades obriga ao Estado a uma função de direcção que vai se extendendo à proporção que a guerra se prolonga.

O Estado tornou-se por toda a parte o maior consumidor, mesmo na Inglaterra e nos Estados Unidos. Precisa de utilidades para os seus exercitos e para dividir tão bem a população civil de modo a não arrebentar motins de protesto num ou outro recanto. Daí a avocação do Estado de grande parte de atribuições que em tempos normais são muito mais atuais nas mãos da iniciativa privada.

Viu-se por toda a parte os Governos com atributos de monopólios económicos e de direcção suprema de negócios commerciais.

Nos Impérios Centrais, essa ação é cada vez mais forte. Mas nos próprios povos liberais da Europa e no próprio Estados Unidos é decisiva e importante.

Assim os Governos avocam a distribuição, o comércio, a limitação do consumo dos principais generos de alimentação, a superintendência das fábricas que directa ou indirectamente contribuem para as indústrias militares, assumem a direcção de todos os meios de transporte, proibem a exportação do ouro, salvo licenças especiais, determinam a quantidade a importar e a exportar de alguns artigos e proíbem tanto a importação como a exportação de outros, regulam a navegação de acordo com as necessidades que verificam e estudam.

É uma felicidade nova da guerra. Porque fazendo tudo isso, avocando serviços, os Estados tratam de estimular a produção e de garantir o cambio internacional, de desenvolver o aparelhamento técnico de seus países e de preparar o renascimento económico para depois da paz.

#### 2º CONSEQUENCIAS ECONOMICAS

A guerra aparece aos economistas como uma grande destruição de riquezas. A mobilização aumenta o número de consumidores e diminui o de produtores.

Os Sr. von Helferich, quando era Ministro das Finanças do Império Alemão, afirmou, num discurso, que o bloqueio era «um presente de céus». Se assim a Alemanha, graças ao seu gênio inventivo, poderia methodizar o seu próprio abastecimento e acumular stock para a sua próxima expansão comercial.

Ao demais, a indústria concentra seus esforços na produção de artefactos que não se reproduzem: fábricas, armas, munícipes que desaparecem no campo de batalha.

Pelos impostos, pelos empréstimos, os Estados desapropriam os cidadãos que ainda trabalham e produzem, e canalizam tanto suas economias como seus produtos para a linha da

fronte, onde se consome tudo e nada se produz.

Nada se produz imediatamente. O produto da guerra é a vitória e quem vence obtém resultados de ordem económica, política e social. Mirabeau disse que a guerra era a indústria nacional da Prússia; foi, de facto, nas linhas de fogo que o Reino dos Hohenzollern progrediu, cresceu e dominou na Alemanha e com a Alemanha quiz dominar o mundo.

Desapropriando pelos impostos e pelos empréstimos, os Estados compram de facto a alguns, mas é preciso não esquecer, que a maior parte da população activa apenas recebe dos Governos o que necessita e que a circulação da riqueza se limita, portanto, a um pequeno grupo que vive da guerra.

O fabricante do producto de paz, que vende o seu artefacto, beneficia duplamente e beneficia aos outros; o producto desdobra-se em outros valores e vai facilitar outras produções. Na guerra, todos os artefactos belicos, todos os produtos destinados às tropas são consumidos e desaparecem no campo de batalha. O país que vence ou obtém conquista ainda recebe recompensa relativa; o outro desfruta apenas riqueza.

Mas a duração da guerra actual mudou muitas dessas concepções. A vonta concepção era a concepção de Homero. Homero descrevendo o escudo de Achiles conta que em frisos magnificamente esculpidos havia imagens da guerra e da paz. A paz era representada pelo trabalho e pela criação: lavradores semeados ou colhendo, carros transportando mercadorias, gado em pastoreio, comedores, reuniões de réis; a guerra era representada pela destruição e pela morte: homens em luta, mortos e feridos pelo chão, campos devastados, cidades abandonadas, industrias esquecidas. Era dantes assim. Hoje, com a duração e intensidade da guerra, não pode ser mais assim.

Os povos precisam organizar a sua vida económica, aperfeiçoar sua produção, seu sistema de distribuição para sustentar a campanha no mar e em terra.

Por isso, os estadistas e os criticos procuram explicar os motivos e as vantagens de sua duração.

O Sr. von Helferich, quando era Ministro das Finanças do Império Alemão, afirmou, num discurso, que o bloqueio era «um presente de céus». Se assim a Alemanha, graças ao seu gênio inventivo, poderia methodizar o seu próprio abastecimento e acumular stock para a sua próxima expansão comercial.

As industrias, que o bloqueio isolou do mundo, não cessaram de trabalhar; vão produzindo e guardando, mas como vão equilibrando o seu orçamento, vendendo no interior e usufruindo das vantagens da situação anormal, quando a guerra terminar, não tendo deficit, estarão em condições de oferecer ao estrangeiro os seus artigos a um preço tal que afastará toda a concorrência. Assim, no entender do Sr. von

Helferich, o comércio alemão tomará novo desenvolvimento depois da guerra. Daí o stock. Mas ultimamente essa produção cesou.

Os estadistas ingleses e franceses procuram também mostrar aos seus compatriotas as conveniências económicas da estado de guerra.

O Sr. Lloyd George, quando era ainda Ministro das Finanças, creou uma doutrina que fez sucesso e vai sendo repetida na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos. Essa doutrina sustenta que «em tempo de guerra as economias do país são mais consideráveis do que em tempo de paz, porque os capitais enormes, despendidos pelos Estados, se traduzem em proveito para os particulares».

Por que esse fenômeno é benéfico? Porque o Estado passa a ser o cliente universal. Enquanto na linha da frente milhões de homens combatem, o Estado abre empréstimos sobre empréstimos; esse capital adiantado pelos particulares, numa época em que todos os preços se exaltam, em que uma determinada quantia vale realmente menos em relação ao seu valor nominal é dado em momento em que a abundância de circulação desvaloriza o numerário. Depois, vem a normalização e o capitalista, recebendo juros altos, o operário ganha, obtendo salários extraordinários e podendo também subver os empréstimos e assim garantindo rapidamente um pequeno lucro.

Toda a vida económica toma novo impulso, porque as encomendas do Estado são tão grandes que não há trabalho que as satisfaga.

Sir George Pash, desenvolvendo essas idéias, mostrou, na Royal Statistical Society, os milagres da guerra. A renda total anual dos particulares na Inglaterra, que, antes da conflagração, era de 2.400 milhões de libras esterlinas, em 1916 de 3.000 milhões de libras.

Na realidade, as despesas do Estado não são reproduutivas; veiculam riquezas que se desfazem.

Cada tiro de canhão, dizem os entusiastas da guerra, faz o país ganhar pelo menos 6.000 francos. Ganhar como? (Porque da lucro de fábricas. Mas si as fábricas em vez de material bellico produzissem material de paz, esse material não seria aniquilado, iria reproduzindo riquezas, desabrochando capital e trabalho).

O que se pode dizer, entretanto, é que as nações se adaptam perfeitamente ao estado de guerra. O Estado absorve as economias secundárias, activa com esse capital a produção que canaliza e dirige e assim consegue dar impulso nova a muitas industrias. Ha destruição de riquezas, mas ha criações novas; a actividade geral se multiplica de tal forma que, se uma grande vitória correr os esforços, um determinado país se sentirá aparelhado para apoiar-se dela.

A mobilização de capital se converte em apetrechamento; mas ha destruição da produção. A guerra indefinida produzirá a miseria, se a proporção da produção belica não corresponde à da produção industrial e lucrativa.

#### 3º — AS DOUTRINAS DOMINANTES

Os pensadores já, porém, interpretam os phenomenos da guerra por outra forma e sob outro ponto de vista. Três anos antes da conflagração, o Sr. Norman Argel quis provar que a guerra seria impossível: a comunhão dos interesses a evitaria e o enlaçamento das industrias a tornaria impraticável. Os factos demonstraram o contrario e os publicistas começaram então a exagerar pontos de vista diversos.

Para o Sr. Alfred de Tardé, por exemplo, a guerra não será um elemento de destruição. Em primeiro lugar, a política é uma arte de preparação e tudo indica que ella vai preparando o futuro, organizando as forças produtivas e robustecendo o crédito público. Depois, convém não confundir a riqueza acumulada com a riqueza reprodutiva, com a capacidade de produção. Se a guerra destrói como de facto destrói a riqueza acumulada, obriga a novos apparelhamentos de produção e coloca, portanto, o país num estado mais capaz de criar utilidades e valores. A guerra será assim um benefício, porque se destrói riquezas acumuladas que venciam juntas insignificante, vai criando novas capacidades de produção e aumentando, portanto, a vitalidade do país.

Os Aliados dispõem de maiores disponibilidades do que os Impérios centrais; de modo que a sua vitória depende exclusivamente de seu desejo de resistência.

A continuação da guerra occasionará, todavia, transformações económicas. O Estado ficará cada vez mais poderoso e os impostos crescentes tornarão os ricos menos fortes. Em compensação, apesar da carestia das utilidades e da desvalorização do meio circulante, os operários ganharão cada vez mais, não só pelo aumento dos serviços como pela diminuição dos horários.

Assim, o Estado e os operários mais poderosos serão, portanto, veículos de maior democratização de todos os países do mundo.

Em tempo de guerra, o Estado vive do crédito. A capacidade financeira dos povos suportará indefinidamente as formidáveis despesas. O Estado emite bonos, títulos, letras, papel-moeda; emite depois outros empréstimos e recolhe aqueles valores, paga com elles os fornecedores que ficam com fundos disponíveis e que por sua vez empregam no novo empréstimo do Governo. É um processo indefinido, mas que depois de alguns anos pode arrebatá-lo pelo aumento desproporcional da dívida do Estado. O crédito do Estado tem também um limite, mesmo em tempo de guerra. Depois da guerra, no período de liquidação, é que as dificuldades começam. Chegará então o período crítico para os Ministros das Finanças. Mas o país já se encontrará então com um apparelhamento melhor. ora, é a capacidade de produção que é forte. Augmentada essa capacidade, o país recomeçará a vida económica com outros elementos.

O Sr. Wells ridiculariza os utopistas à maneira do Sr. Norman Aspel. Lamenta que as necessidades da salvação da civilização tenham feito a *Kakerificação* da Inglaterra. Mas a guerra, no seu entender, trouxe benefícios. A Inglaterra está em fúria; era um rochedo e está agora viva como nunca. A Inglaterra era um país *gordo*; está perdendo a gordura na luta. «Não, diz textualmente, nós sustentamos esta guerra com as nossas economias, com a nossa gordura social. Toda a comunhão empobrece, mas, à proporção que os ricos se tornam mais fracos, os pobres ficam mais abastados. Destroem-se muita riqueza, mas muita riqueza é usada e redistribuída.»

A Inglaterra saiu da guerra mais magra, mais experimentada e mais democrática. Rompeu com seus hábitos de acúscencia e de liberdade cabotica.

Sua imaginação será excitada à actividade, e o mesmo acontecerá às outras comunhões europeias.

O Sr. Wells pensa que o exercício violento da guerra emmagrecerá a Inglaterra que estava engordando com relativa intensidade. Mais apta ao exercicio, menos gorda e, portanto, rejuvenescida, estará, depois da guerra, em outras condições de saúde, de actividade e de apparelhamento para criar nova riqueza.

O Sr. Ivo Guyot diz que a Alemanha desencadeou a guerra porque supôs que ela seria um bom negócio.

O economista alemão Roscher procurou demonstrar que os créditos de guerra enriquecem os países em que se realizam quando não ultrapassam as suas faculdades contributivas.

O Sr. Charles Gide, o grande economista conhecido no Brasil, pensa que, se abastecendo no interior, reduzindo a importação e o consumo individual, as principais potências europeias poderiam se conservar indefidamente em estado de guerra.

O Sr. Jean Labadie reconhece que a guerra é uma destruição de riqueza. Mas é preciso também não esquecer, acrescenta, que a energia económica vale pelo grau de *desirabilidade* e esta quer tanto a riqueza — gozo — como riqueza — força.

Ora, na sociedade moderna, a primeira vale menos do que a segunda. Tanto que os homens ricos trabalham para obter poder social, político ou comercial. O simples *gozo* não é um sinal de força. A guerra se destrói e impede as riquezas — gozo, aumenta a capacidade das riquezas — força, das riquezas poder, porque faz descer o apparelhamento do país. O que é preciso, entretanto, é a organização defensiva; a generalização do Governo que deve governar para manter o equilíbrio. É preciso nacionalizar a energia económica.

O Sr. Jean Labadie vai até à sugestão de grandes emissões de papel-moeda, pois, assim, a circulação nacional aumentaria e compensaria a alta dos preços. Finalmente, recorda que a éroca dos assignados foi de glórias para a França.

Os Governos não poderiam attender a esses utopistas. Agridam de acordo com as leis económicas e as circumstâncias.

#### 4º RESULTADOS COMMERCIAIS

As novas concepções impostas pela guerra não modificaram as leis económicas. Mas aprofundaram os fenômenos naturais de outra maneira.

Da guerra, resultou para os países a seguinte: para outros, a relativa deficiência de transporte. Passaram, assim, todos a completar a sua produção, a importar o alumínio, garantir o próprio cambio pela exportação.

Mas as circunstâncias especiais dos países belligerantes criaram necessidades contraditórias, mostrando, portanto, que esse protecçionismo intransigente que redundava numa espécie de mercantilismo não é filho senão da oportunidade e da occasião. Assim, ao mesmo tempo que proibem a exportação de metas, de produtos necessários, ao mesmo tempo que restringem ao mínimo a importação, esses países tratam de abrir empréstimos por todos os recantos das terras não inimigas afins de que em cada sitio tenham recursos para ocorrer as despesas e compra, sem deslocamento de numerário ou desequilíbrio de contas. Porque?

Porque é preciso, antes de tudo, não depreciar a moeda nacional, não avistar o caminho. Essa restrição de importação é severa e muito relativa. Os Governos que estendem as suas atribuições, provocando protestos da Câmara de Comércio, agarraram a produção e a circulação dos artigos, mobilizando indústrias, requisitando colheitas e assumindo a direcção da distribuição. Mas como a tonelagem marítima está na sua maior parte entregue aos serviços militares, cumpre reduzir ao essencial o transporte de outros géneros.

Além disso, a importação de munições da guerra e do boco aumentou extraordinariamente o volume do comércio importador dos países aliados da Europa, que dominam os mares e fez nascer na América, na Australásia, no Oriente novas correntes comerciais.

Os Estados Unidos, que país ainda devedor, passou em dois anos a país credor; a sua exportação subiu e as potências europeias, para não repetir a remessa de ouro, tiveram de abrir empréstimos sucessivos nas prácias norte-americanas.

As potências em guerra pensaram em 1915 e 1916 em grandes alianças económicas que prolongassem pelos anos a fora, depois da conclusão da paz, a rivalidade do fogo. Os Aliados projectaram consórcios formidáveis, ligas económicas, que dominassem e submettessem o imperialismo alieno de que a expansão kommer-

cial era uma ocupação prévia e calculada. Os Impérios Centrais sonharam com a formação de uma grande federação no centro da Europa, a «Mittel-Europa», do livro celebre de Naumann.

No correr do anno de 1917, essas idéas foram perdendo o seu vigor e a sua própria oportunidade. A defecção da Rússia deslocou todos os valores e os Aliados compreenderam que a «Mittel-Europa» com a hostilidade do resto do mundo não teria elementos de riqueza e progresso.

Os Aliados querem uma reforma económica e social: sabem que o tratado de Francofort em primeiro lugar e o tratado de comércio com a Rússia depois, foram a base da expansão comercial aliena; não podem, portanto, admitir que na Europa renovada de amanhã surja outro regime favorável aos violadores de direitos públicos internacionais.

As idéas do anno de 1917 se encaminharam para uma espécie de protecçionismo selectivo: depois da guerra, cada país tratará de comprar a sua produção a seu comércio e irá graduando os seus favores, dos aliados aos neutros benevolentes.

A paz trará uma grande resurreição de trabalho. Apesar da formidável destruição de riqueza, os povos principais conservarão energia e capitais que se converterão numa grande actividade de reparações e progresso.

A obra da guerra deixará, porém, leucunas enormes a preencher. Para reconstituir os seus rebanhos, os povos hoje belligerantes importarão carne; para reconstituir cidades e indústrias, precisarão de minérios, de madeiras, de outras matérias primas e como empregarião grande parte de seus trabalhadores nesses trabalhos carecerão de um modo excepcional de subsistências.

Os países que como o Brasil, mesmo tomando parte relativamente activa na guerra, não desfalcaram o seu capital humano nem terão de reconstituir cidades, indústrias e campos, terão assim largas possibilidades a aproveitar. É um dever de honra fornecer neste momento materiais primas e artigos de alimentação aos Aliados. É o que proclamou o Presidente Wilson. É o que disse, no seu appelo aos Brasileiros, o Presidente Venceslau Braz.

Collaboraremos na guerra não só co-operando na ação naval e aérea, como também facilitando aos Aliados os elementos que lhes faltam para a continuação da luta e para as reparações das perdas.

Os Estados Unidos puseram todo o seu aparelhamento económico ao serviço da grande causa. Restringiu o consumo interno, não porque lhes escassejam os géneros essenciais, mas porque precisam enviar aos Aliados da Europa o que não é estritamente indispensável aos Norte-Americanos.

Assim este período de luta, de provações e de sacrifícios abre, em todos os campos, novas perspectivas à humanidade.

A lavoura, a indústria, o comércio sofreram nos países da Europa e mesmo nos Estados Unidos o controlo do Estado, mas sentem que se vai formar um novo mundo de actividade livre. No Brasil, as condições sociais e políticas criaram uma situação especial e singular.

#### 5º — ALLIANÇAS ECONÓMICAS, PROJECTOS E ILLUSÕES

A situação creada pela guerra foi sugerindo uma porção de projectos. As operações militares e os acontecimentos políticos fizeram acordar ainda em 1916 que o mundo ficaria depois da guerra dividido em dois campos opostos e hostis.

O sucessos políticos e militares de 1917 mudaram essas concepções. Não se fallou mais em Mittel-Europa ou na Rússia económica dos Aliados. Mas nem por isso deixaram os Governos belligerantes de tratar a serio das futuras condições comerciais. A opinião dominante em todos os países em guerra é que é preciso estabelecer, depois da paz, um regimen de protecção gradual amparando progressivamente os produtos dos neutros benevolentes, dos Aliados e dos nacionais. Assim, apesar de não haver mais a preocupação de «boycottages» que só venceu em 1915 e 1916, todos reconhecem agora a necessidade de uma organização defensiva para impedir que o inimigo obtenha exito nas suas campanhas económicas e comerciais.

O ideal é uma sociedade das nações não agindo sómente os meios socialistas; foi abraçado pelos chefes dos grandes países da Europa e da América. O Sr. Lloyd George tomou a iniciativa dessa adesão histórica; depois o Sr. Wilson, Presidente dos Estados Unidos, aliado com entusiasmo a esse ideal nas suas mensagens e finalmente o Sr. Clemenceau em França e Orlando na Itália fizeram referencias sinceras à necessidade da reorganização do mundo sobre bases de justiça e de igualdade. Os próprios representantes dos dirigentes da Alemanha e da Áustria tiveram de affectar aplauso a esse movimento libertador e tanto o Sr. von Hartung Chanceler alemão, como o Sr. Von Czezin, Ministro do Exterior da Áustria-Hungria falaram com falsa sympathia de uma sociedade das nações.

A guerra deixará, porém, odios, revidicativas, e por isso tudo indica que com a paz não virá uma grande remodelação nas relações entre os povos. Não se dissipará, entretanto, as ligações de sympathia, não se dissipará a cooperação entre os países que lutam agora pela mesma causa santa.

Mas os pontos de vista nacionais não desaparecerão, mesmo porque a guerra vai se desenvolvendo em nome de princípios de nacionalidade, quer de domínio, quer de defesa.

Por isso, é de suspeitar, é certo que depois da paz, todos os povos tratem de sua reconstituição.

política, económica, social e financeira. Das novas correntes comerciais, estabelecidas pela guerra, desaparecerão umas, outras se tornarão ainda mais intensas.

De modo que, em plena peleja, todos os povos tratam de garantir a futura expansão comercial.

A Inglaterra reformou o seu serviço consular, a sua instrução primária e profissional; os Estados Unidos criaram novos processos e institutos de ensino técnico; a França fundou escolas de comércio e de exportação; todos os belligerantes nomearam comissões de inquérito e as respectivas Camaras de Comércio estudam o melhor processo de desenvolver a produção e as transacções comerciais.

Ha assim por toda a parte a tendência para accentuar ainda mais a consciente direcção dos negócios e os Governos auxiliam e cooperam com as Camaras de Comércio e outras associações de classe.

O Governo inglês nomea para todas as comissões membros das Camaras de Comércio e o Presidente Wilson crieu um «comitê de defesa nacional», composto de altas personalidades das duas classes activas e que sem a menor remuneração tem auxiliado efficazmente o Executivo na organização da guerra.

O estado de guerra trouxe para o comércio embarques grandes, mas estimulou e revigorou muitas classes de produção. As dificuldades de transporte, a alta do frete e do combustível, a elevação das taxas de seguros, a falta de braços em muitas regiões do mundo, as medidas de restrição criaram uma situação especial, mas em compensação o aumento do consumidores e a diminuição de productores, as compras extraordinárias que os Governos em guerra foram obrigados a realizar para garantir os mercados internos e o abastecimento dos exercitos, para fabrico de munições e material de guerra, formaram novas correntes comerciais que vão aproveitando a diversos países e provocando por toda a parte novas fontes de ouro.

Fortalecer o apparelhamento técnico e financeiro — para obter estabilidade económica e aumentar a produção e a riqueza — tal é o ideal que, expresso em formas diferentes, dirige a ação de todos os povos neste momento, esperar de toda a empolgante actividade da guerra. Mesmo requisitando tudo, regularizando tudo, os Governos estão pensando na reorganização para depois da guerra.

O Brasil não pôde ficar alheio a esse movimento, que representa uma mortalidade nova. A guerra não nos atingiu de modo a desequilibrar e desctranjar todo o nosso apparelho social nem fará desfalques formidáveis na nossa população válida.

De forma que do estatuto de belligerência podemos aproveitar todas as vantagens, se recebendo os prejuízos, mais decorrentes da situação geral do mundo do que das nossas condições especiais.

e proporcional das sobras e, finalmente, em novos convenios, estabeleceu vendas em quantidades maior e suprimiu as restrições para o nosso país.

No Brasil, houve tentativa de imitação dessa proibição comercial que não tem razão de ser entre nós. O Governo riograndense proibiu a exportação do feijão, mesmo para outros estados; a produção continuou; os prejudicados protestaram e encontraram apoio no Supremo Tribunal, que considerou inconstitucional semelhante medida. Quando a absurdura proibição foi revogada, parte dos cereais retidos estava bichado e o prejuízo fôr enorme.

Em São Paulo e no Rio, decretou-se também a proibição, mas, para o estrangeiro. O Secretário da Agricultura de São Paulo chegou a sugerir essa idéa, mas os protestos foram, facilmente, oportunos e o projecto foi abandonado. Não se pensa mais nisso.

Ao contrario, ao decretar o estado de guerra, impôsto pelos actos da Alemanha, o Sr. Weneclesio Braga, Presidente da República, apelou para o país, pedindo a intercalação dos caminhos, não só para auxiliar os nossos aliados como também para baratear a vida no interior.

O Sr. Antônio Carlos, dias depois de tomar posse da pasta da Fazenda, num discurso memorável, na Sociedade Nacional de Agricultura, frisou com razão que o problema do abastecimento e da riqueza no Brasil só poderia ser resolvido pelo aumento da produção, para exportar indefinidamente e melhorar as condições no país.

No Europe, a restrição tem razão de ser. Diminui o numero de productores. O consumo aumentou, porque o mesmo homem como soldado consome mais do que como camponez. A produção do país é regular e não pode duplicar, multiplicar em poucos meses. As dificuldades crescentes de transporte, fazendo recuar uma interrupção, obrigam a medidas preventivas, para conservação de grandes stocks.

No Brasil, não se dá nada disso. Temo, todavia, as possibilidades favoráveis para amplos aumentos de produção. Podemos estender e intensificar indefinidamente as plantações e a criação de gado.

O agricultor, tendo preços remuneradores, facilidade de transporte, multiplica rapidamente a sua produção. De uma safra para outra, obtém-se desdobramentos imprevistos, que não são possíveis na agricultura dos velhos países.

Em pouco mais de dois anos, triplicamos a produção do arroz, do feijão, do milho e da batata. Tudo indica, entretanto, que a safra proxima seja o dobro da passada.

Assim, no Brasil, quase que sojam as condições do mercado no sentido da alta e da procura, não convém restringir o consumo, porque essa limitação influirá desfavoravelmente na produção. O que convém é justamente dar liberdade a todos os empreendimentos agrícolas e comerciais, estimular, canalizar, prote-

ger a produção, facilitar, amparar, realizar o seu escoamento rápido.

O alto preço funciona assim como um premio. A cotação elevada faz com que o produtor aumente a produção para ganhar mais e assim a abundância acabará contribuindo para a baixa relativa, compensando o agricultor que já terá outro apparelhamento e lucrará pela ampliação da cultura e da criação.

#### 7º — A SITUAÇÃO ECONOMICA E FINANCIERA EM 1913 E 1914

A prosperidade do país de 1910 a 1912 foi interrompida pela crise económica e financeira de 1913. Os governos federais, estaduais e municipais vinham empreendendo grandes obras, aproveitando-se dos capitais que Franceses, Ingleses e Belgas nos forneciam com confiança. O saldo das nossas trocas comerciais não chegava para o encontro de contas regulares, mas a remessa do capital estrangeiro tudo compensava e animava.

Em 1913, porém, o capital na Europa se retraiu, ao mesmo tempo que os nossos principais artigos de exportação se depreciavam. Assim, faltou, de um momento para outro, o capital circulante necessário para mover o apparelhamento económico que o país vinha desenvolvendo. A exportação minguou em valor e a importação sofreu ainda os influxos das grandes encomendas que se faziam no tempo dos altos saques sobre o futuro. Houve assim deficit no comércio exterior. O desequilíbrio foi profundo e em 1914 a importação decresceu vertiginosamente.

O nosso regime tributário repousa nos impostos de exportação para os Estados e nos de importação para a União. Assim, a depredação dos principais artigos de exportação reduziu a receita dos Estados que, na sua quasi totalidade, ficaram com os orçamentos em deficit, sem possibilidade de apelo para o crédito estrangeiro, e a restrição da importação fez baixar a renda das alfândegas e assim diminuir os recursos da União que teve de recorrer a novo funding e a emissões de papel-moeda para não desorganizar os serviços a seu cargo.

Sob o ponto de vista geral, a crise económica e financeira de 1913-1914 teve factores diversos. Convém recordá-los, partindo dos mais gerais para os mais particulares, dos mundiais para os brasileiros.

1º — Retraimento de capitais na Europa e exigência de liquidação de contas;

2º — Suspensão das operações de crédito em benefício do Brasil;

3º — Transformação dos empréstimos externos e internos e dos saldos da lavoura em riqueza fixa;

4º — Queda dos preços dos nossos principais produtos de exportação;

5º — Os aparelhos e operações consequentes aos últimos empreendimentos da União e dos Estados;

6.<sup>a</sup> Caução de apólices e contas nos Bancos e adiantamento aos fazendeiros, calculadas as safras num valor maior do que elles produziram...

Os empréstimos, os adiantamentos e a caução de apólices, as contas descontadas — tudo feito na perspectiva do café a 8\$ e a 9\$ e de novos empréstimos, precipitaram a crise, quando os preços baixaram a 5\$ e 6\$ e quando o numerário em circulação da Caixa de Conversão ficou reduzido e as rendas extraordinárias e ordinária da União, dos Estados e dos Municípios decreceram.

O Governo da União contractará construções de estrada de ferro e fazia pagamentos em apólices. Sem cálculo, lançava as apólices a torto e a direito.

Os empreiteiros colocaram, a princípio, essas apólices aqui e no estrangeiro. Depois, o nosso mercado, saturado, repelio-as e no estrangeiro ninguém as quis aceitar pelas circunstâncias anormais de guerra. A União começou então a pagar os empreiteiros em espécie: o Tesouro não podia manter esses pagamentos acima de suas forças e teve de os suspender, mas tudo ficou desequilibrado e faltou dinheiro para as próprias despesas ordinárias.

A crise económica, agravada pela crise financeira, produziu a crise comercial. A União, maior industrial, não pagando contas, perturbou todo o movimento comercial.

Os Bancos perderam a elasticidade nos negócios, porque estavam saturados de apólices caucionadas e contas descontadas. A suspensão da remessa de ouro, a baixa da exportação, o crescimento das rendas públicas, a falta de pagamento de parte dos Governos, a recusa natural dos estabelecimentos bancários em aceitar novos negócios provocaram a crise. A capacidade adquisitiva do consumidor baixou. A Indústria sofreu; o comércio teve grande abalo.

Só o milagre da honestidade proverbial e da solidariedade honrada do nosso comércio impidiu que as fallências occasionassem uma derrocada formidável.

Assim, no encadeamento de causas, naturais e inaceitáveis umas, filhas da prodigalidade, da imprevidência e da bohemia política outras, a crise se avolumou. Consumismos, afinal, tudo que produzemos e pedimos emprestado. A União, os Estados, os Municípios, as empresas, os particulares applicaram o capital obtido na Europa e o saldo da exportação em obras que immobilizaram as riquezas. Immobilizamos então mais do que podíamos.

A rápida fixidez da riqueza é um caractéristico dos países novos que precisam e devem andar depressa.

Ela provoca naturalmente, de quando em quando, crises de crescimento inevitáveis. Mas a crise de 1913-1914 foi mais forte do que o próprio desenvolvimento do país permitia.

porque englobou causas de diversas naturezas. Os Governos, ao envez de aliviar a crise económica, agravaram então a situação. E' preciso frizar que não foi só o Governo da União. Foram também os dos Estados e dos Municípios.

As crises, que Stanley Jevons demonstrou serem naturalmente periódicas, proporcionam ensinamentos para evitar maiores. A nossa grande crise de 1913-1914, que não teve, com a guerra, senão a solução de suspensão dos capitais europeus, o que acabaria por acontecer, foi, porém, modificada na sua ultima fase de evolução, pelos efeitos gerais e particulares da conflagração europeia.

A reparação das forças tomou assim outro aspecto e outra direção e todo o desenvolvimento da nossa produção e dos negócios partiu das consequências produzidas tanto pela guerra formidável como pela crise que se foi conjurando.

#### 8.<sup>a</sup> — A REPERCUSÃO DA GUERRA NO CURSO DO ESPORTE DE IMPARACAO

O Governo do Sr. Wenceslao Braz teve de arcar com grandes dificuldades. Tudo estava desequilibrado no aparelho financeiro. A diminuição da receita e a queda do cambio haviam obrigado a administração anterior a um novo *funding* e os títulos brasileiros baixavam nas bolsas europeias. A presidência anterior saiu de mais sobre o futuro e a ingratitudine dos dirigentes aumentara as despesas desproporcionalmente às receitas públicas.

O Sr. Wenceslao Braz, com modestia e perseverança, tratou de tudo normalizar. Teve de recorrer a novas emissões de papel, mas reduziu as despesas ao strictamente necessário e encurtou as causas de modo a poder restabelecer o serviço da dívida externa quando terminasse o prazo do *funding-loan*.

Assim a actual presidência realizou uma grande e útil obra de reparação. O Sr. Wenceslao Braz encontrou um tal volume de compromissos que a sua totalidade seria de difícil avaliação — tão grande foi a levianidade da distribuição. S. Ex. teve de mandar rever todos os contratos, assim de aliviar as responsabilidades do Tesouro e a obra em conjunto foi útil. Nuns casos, a novação dos contratos bastou para reduzir encargos; noutros foi necessária a rescisão, sujeitando-se o Governo a grandes indemnizações para não continuar a pagar serviços de dívida ou obras que não correspondiam às condições financeiras do país. Foi methodica e sagaz a ação do Executivo, que assim conseguiu desonrar o país de encargos no valor de 500.000.000.

Mas para solver os compromissos antigos, anteriores ao actual quadriénio, o Congresso autorizou o Governo a emitir papel-moeda e apólices. Afim de normalizar a situação do Tesouro, o Governo usou assim de amplos recur-

sos extraordinários e teve de emitir papel como nenhum outro administrador brasileiro. Mas foi para reparar os erros dos outros que o Governo teve de assim proceder. A crise comercial fora provocada pela immobilização dos capitais. Era preciso dar vida, fazer circular a riqueza, fazer renascer a actividade. A emissão impôs-se então, como o único expediente cabível. Empréstimo aos bancos, parte das notas emitidas, pagando aos fornecedores em atraso com bons, o Governo conseguiu que as carteiras dos estabelecimentos de crédito se descongestionassem e que assim o movimento comercial se fosse restabelecendo. Os bancos, que estavam saturados de cauções e letras, recomegaram as transacções e o aumento dos negócios foi então notório em todo o país. A confiança voltou.

Enquanto o orçamento ordinário se reduzia e se equilibrava no seu período de elaboração e primeira aplicação, o orçamento extraordinário, de recursos, de operações de crédito crescia, afim de atender aos enormes compromissos que o actual Governo, que não os creou, teve de pagar.

O comércio e os consumidores restringiram ao mesmo tempo as suas compras e a balança comercial principiou a oscilar num sentido favorável.

Em 1914, começava a obra de reparação, quando a grande conflagração arrebatou. Novas dificuldades surgiram, mas com a própria guerra apareceram novas possibilidades.

A indústria que sofrera muito em 1913 começou a ter novas perspectivas em 1914 e veio progredindo até agora.

Os principais artigos de exportação sofreram com a guerra, mas a procura de artigos novos estimulou outras produções que foram compensando largamente as antigas.

Por isso, o Sr. Presidente da República disse com muita razão na sua mensagem de 1917 que o país estava num período de franca convalescência.

Em 1917, as circunstâncias foram alterando a atitude política do Brasil perante a guerra europeia. Os Brasileiros sempre sympathisaram com a causa dos Aliados, que é a causa do direito e da justiça.

Mas o Governo manteve a neutralidade até o momento em que o delírio alemão atingiu as relações pacíficas dos Americanos com os outros povos.

Em Janeiro do anno que analisamos, a chancelaria de Berlim notificou às potências neutras que ia intensificar a campanha submarina e que não mais respeitaria pavilhão neutro. Os Estados Unidos não puderam aceitar essa imposição que era um atentado a todas as convenções. Declararam guerra à Alemanha e o Presidente Wilson, numa mensagem, que é dos mais lindos documentos da história universal, mostrou o fim idealista de sua intervenção.

Ao Brasil, que já sofrera na sua navegação, não ficaria bem conservar uma neutralidade

que diante das agressões da Alemanha seria um contra-senso e uma humilhação. O Sr. Wenceslao Braz compreendeu com calma o que as circunstâncias exigiam e não hesitou em cumprir o seu dever.

A nossa política internacional sempre se baseou na amizade tradicional aos Estados Unidos. A doutrina de Monroe, como é definido o Sr. Nilo Peçanha, tem obrigações reciprocas e, se os Estados Unidos se empenhavam numa grande guerra para salvar o mundo de uma agressão escravizadora, o nosso dever impunha uma atitude decisiva. Por isso, o Brasil começou por quebrar a neutralidade em favor dos Estados Unidos e depois das potências europeias. Quando os Tedescos afundaram mais um navio brasileiro, o Governo, que já tinha interrompido as relações diplomáticas e comerciais com o Império alemão, tomou medidas de represalias, como a posse militar e depois o aproveitamento dos navios tedescos refugiados nos nossos portos. Diante de novas agressões de submarinos alemães, reconheceram o estado de guerra e tomámos providências para evitar a evasão dos capitães germanicos.

Esses actos influíram sobremaneira na vida económica do país. Determinaram uma atitude de maleficio oficial à obra de reparação e de fomento de novas culturas, de amparo à produção. O Governo convocou os presidentes das associações das classes conservadoras e productoras para constituir um Comitê de Produção Nacional, mais ou menos à maneira do Comitê de Defesa Nacional dos Estados Unidos, mas com atribuições muito mais restritivas e funções sem o mesmo carácter de permanência e de cooperação eficaz com os poderes públicos.

9.<sup>a</sup> — O COMMERÇIO EXTERIOR EM 1917

O anno de 1913 foi de crise. Num país devedor de tipo do gênero do nosso, quando não ha saldo na balança mercantil ha desequilíbrio geral na vida económica e financeira. O próprio país reagiu, porém; e aos poucos, restringindo as compras e augmentando a produção dos artigos que a situação do mundo tornava mais procurados, foi reparando as perdas e restabelecendo o equilíbrio.

Os dados da Directoria da Estatística Commercial mostram esse movimento útil de reação. O quinquenio que abrange do anno da crise ao anno passado, revela, pela evolução de sous dados comerciais, o esforço do país para se adaptar às novas circunstâncias.

O anno de 1917 foi de crise para os principais productores do país que ainda dominam os quadros da exportação, quer quanto à quantidade quer quanto à qualidade; mas em conjunto foi de reparação, de criação de valores novos, de esperanças e bona perspectivas, porque os novos artigos de exportação compensaram ampliamente os desfalques ocasionados pela diminuição

das vendas do café, de borracha, da herva-mate e da depreciação de suas cotações.

Assim aumentaram em quantidade, nos quadros de exportação, em relação ao ano precedente, a carne congelada, o xarque, os diversos produtos animais, o manganez, o algodão, o arroz, o assucar, as batatas, a propria borracha e o próprio cacau, a farinha de mandioca, o feijão, os fructos para óleo, as madeiras e o milho e diminuiram o café, a cera de carnauba, o óleo nativo, as frutas para mesa, a herva-mate e as madeiras. Em valor papel subiram nas estatísticas em relação a 1916 a carne congelada, as pellis, o xarque, os diversos produtos animais, o manganez, os diversos minerais, o algodão, o arroz, o assucar, as batatas a cera de carnauba, o feijão, os fructos para óleo, o milho e os diversos artigos vegetais e baixaram o café, a borracha, o cacau o fumo, a herva-mate, as frutas para mesa, os couros e o óleo nativo.

As cotações por unidade da carne congelada, dos couros, das pellis, do manganez, do algodão, do arroz, do assucar, da cera de carnauba, da farinha de mandioca, do feijão, das frutas para óleo, da herva-mate, das madeiras e do fumo foram mais elevadas do que no anno anterior, mas as do café, do cacau, do ouro, das frutas para mesa e do fumo foram mais baixas. Houve assim compensação. A nossa exportação aumentou tanto em volume como em valor.

Assim foi a seguinte a exportação por quantidade no quinquenio findo em 1917:

	Toneladas
1913.....	1.360.623
1914.....	1.299.548
1915.....	1.780.442
1916.....	1.841.662
1917.....	1.960.104

A exportação não sofreu assim em seu conjunto, com o retrabalhamento das vendas dos nossos principais produtos.

A importação veio diminuindo em quantidade, pela restrição natural das compras, pelas dificuldades de transporte, elevação do valor mercantil e dos fretes. Assim o movimento do quinquenio foi o seguinte:

	Toneladas
1913.....	5.873.040
1914.....	3.478.261
1915.....	2.799.168
1916.....	2.640.900
1917.....	1.186.144

Quanto ao valor a exportação veio subindo de 1914 a 1917, mas o saldo do movimento do comércio exterior foi em 1917 menor do que em 1916, porque os produtos importados, em virtude de diversas causas motivadas pela guerra, custaram muito mais caro.

Em verbas papel o comércio exterior no quinquenio foi o seguinte, confrontando a exportação e a importação, e dando os saldos respectivos:

	Exportação	Importação	Saldo negativo
1913.....	972.731.000\$	1.037.495.000\$	84.764.000\$
1914.....	750.980.000\$	561.853.000\$	189.127.000\$
1915.....	1.022.634.000\$	582.996.000\$	439.638.000\$
1916.....	1.107.508.000\$	810.759.000\$	296.749.000\$
1917.....	1.136.453.000\$	837.738.000\$	298.715.000\$

Em libras, contando com as continuas oscilações cambiais, o movimento do comércio exterior do quinquenio apresenta os seguintes elargimentos:

#### EXPORTAÇÃO — IMPORTEAÇÃO

	Saldo negativo	Saldo positivo
1913 £ 64.849.000	£ 67.166.000	£ 2.317.000
1914 £ 48.522.000	£ 35.473.000	£ 11.054.000
1915 £ 52.970.000	£ 30.088.000	£ 22.882.000
1916 £ 55.010.000	£ 40.368.000	£ 14.641.000
1917 £ 59.875.000	£ 44.510.000	£ 15.365.000

O valor médio por tonelada do comércio exterior demonstra como o país prezou trabalhos para obter o saldo necessário ao seu equilíbrio econômico e financeiro, porque a proporção que nos últimos annos a média já importação subiu, a da exportação crescia.

O valor médio da tonelada importada foi o seguinte, em papel e em libras, de 1914 a 1917:

	Em papel	Em libras
1914.....	161\$000	10.2
1915.....	208\$000	10.7
1916.....	307\$000	15.2
1917.....	422\$000	22.4

O valor médio da tonelada na exportação foi no mesmo período o seguinte:

	Em papel	Em libras	Valor do café	Valor total da exportação
1913.....			40.778.000	64.849.000
1914.....	577\$000	35.8	27.000.000	46.527.000
1915.....	574\$000	29.7	32.190.000	52.370.000
1916.....	601\$000	29.8	29.279.000	55.010.000
1917.....	580\$000	30.5	23.052.000	59.875.000

Assim o café é ainda a grande força da nossa exportação, mas devido a diversas causas que já foram em tempo estudas, sofre no seu valor e no seu transporte e assim accusa diminuição, que provocaria grande crise no Brasil se outras fontes de ouro e de riqueza não compensassem esse prejuízo e não dessem mesmo novo impulso e novas esperanças ao nosso comércio internacional.

O café é, porém, ainda e será por muito tempo a nossa principal fonte de renda. E' o que se deduz das próprias estatísticas e tudo devemos fazer para o ampliar e garantir, procurando ao mesmo tempo normalizar e estabilizar as novas exportações. Assim quando a situação se restabelecer para o café, mantidas também as novas correntes comerciais, a nossa exportação receberá um grande impulso e atingirá aos 100.000.000 de libras que a nossa economia geral está exigindo para regularização e saldo compensador no encontro definitivo de contas.

Os outros artigos tradicionais também sofrem depreciações e deficiência. A borracha ainda é o nosso segundo artigo de exportação. Já observou cerca de 15 e 18 por cento da exportação total; mas em 1915, a proporção para o conjunto era de 18.4 por cento; em 1916 foi de 18.7 por cento e em 1917 baixou a 12.7 por cento. A borracha tem mantido mais ou menos a mesma quantidade na exportação e no valor, mas a depreciação cada vez mais accentuada dos preços está criando uma situação que exige prompta e rápidas medidas de proteção.

O confronto do valor do café exportado e da exportação em geral não deixa, porém, de conter ensinamentos. Do quadro abaixo resalta a proporção a que já nos referimos:

	Valor do café	Valor da exportação total
1913.....	611.670.000\$	972.731.000\$
1914.....	439.707.000\$	750.980.000\$
1915.....	620.485.000\$	1.022.634.000\$
1916.....	589.174.000\$	1.107.508.000\$
1917.....	410.210.000\$	1.136.453.000\$

	QUANTIDADE	VALOR — PAPEL
1916.....	1917.....	1916.....
Café, sacas.....	18.039.000	10.605.000
Borracha, toneladas.....	31.495	33.930
Herva-mate, toneladas.....	78.552	58.672
Cacau, toneladas.....	43.720	55.622
Fumo, toneladas.....	16.890	32.497
Frutas para mesa, toneladas...	21.393	25.251
Cera de carnauba, toneladas...	40.050	38.452
Pelos, toneladas.....	4.167	3.669
	2.258	2.897
		16.464.000\$
		20.304.000\$
1917.....		

A herva-mate, o fumo, o cacau, os couros, que foram sempre o apoio supplementar do café e da borracha, desceram também em relação ao comércio geral para o exterior. Os couros que entraram ainda em 1918 com 5.6 por cento e em 1916 com 6.7 por cento baixou na sua contribuição em 1917 a 5.3 por cento. O cacau passou de 5 por cento a 4 por cento. A herva-mate de 3.5 por cento a 2.8 por cento e o fumo de 2.2 a 2.1 por cento.

A quantidade e o valor dos antigos artigos de exportação nos dois últimos annos foram os seguintes:

Assim dos nossos antigos produtos de exportação, dos que constituem, apesar de tudo, a base do nosso comércio externo, dos que há pouco tempo ainda eram os únicos a sustentar a nossa balança comercial, poucas aproveitaram das circunstâncias excepcionais da guerra. Os que tiveram como as pellés, a cera de carnaúba e os couros aumentou na cotação, tiveram dimi-

nuição de produção e escoamento e assim puderam beneficiar-se nesse sentido.

Parece interessante transcrever aqui os preços médios por unidade dos artigos de exportação, segundo os dados da Diretoria de Estatística Commercial. Assim ficarão mais claras as referências que já fizemos e que ainda temos de fazer:

ARTIGOS	UNIDADE	EM REIS, PAPEL				
		1913	1914	1915	1916	1917
1—Carne congelada.....	Kilo.....	—	\$778	\$719	\$837	\$900
2—Coutos .....	"	\$952	\$905	\$848	\$801	\$868
3—Xarque .....	"	\$578	\$3277	\$3147	\$3881	\$7008
4—Xarque .....	"	\$1079	\$982	\$869	\$817	\$908
5—Manganez .....	Toneladas.....	223250	254255	384777	681441	1078505
6—Ouro, metálico .....	Grama.....	\$5628	\$17820	\$20968	\$21180	\$2042
7—Algodão .....	Kilo.....	\$928	\$1051	\$2247	\$2410	\$2410
8—Arroz .....	"	\$479	\$421	\$401	\$481	\$538
9—Açucar .....	"	\$131	\$212	\$214	\$476	\$523
10—Batatas .....	"	—	—	—	\$202	\$105
11—Borracha .....	"	48296	38388	\$3861	43324	43238
12—Cacau .....	"	\$803	\$752	\$248	\$1152	\$884
13—Café (*) .....	Saco(s)	48103	398017	363368	451137	413509
14—Cera de carnaúba .....	Kilo.....	\$705	18682	1827	18014	23296
15—Farinha de mandioca .....	"	\$144	\$114	\$178	\$250	\$281
16—Feijão .....	"	\$148	\$201	\$185	\$247	\$244
17—Frutas de mesa .....	"	\$265	\$371	\$359	\$302	\$434
18—Frutos para óleo .....	"	\$075	\$078	\$124	\$171	\$213
19—Fumo .....	"	\$836	\$74	\$385	\$1424	\$910
20—Henna mató.....	"	\$542	\$459	\$472	\$505	\$538
21—Madeiras .....	"	\$103	\$104	\$094	\$079	\$794
22—Milho .....	"	—	—	—	\$104	\$105

#### 10º — NOVOS VALORES DO COMÉRCIO EXTERIOR

Novos artigos de exportação accusaram em 1917 grande aumento, compensando a queda dos produtos por assim dizer clássicos. Chamamos novos artigos, não só os que são inteiramente novos, como os que, depois de uma longa interrupção ou depois de prolongada estadia numa posição modesta e insignificante, tomaram grande desenvolvimento e apareceram com maior procura, melhores e excepcionais condições e largas possibilidades.

Assim, a carne congelada, o manganez, o feijão, o arroz, o milho, os frutos para óleo, o algodão, o açucar, as batatas, as madeiras apresentam no quinquenio ou no anno de 1917 aumentos tão grandes que demonstram que surgiram valores novos para o novo comércio exterior. Assim, os antigos produtos de exportação absorviam ainda em 1916 cerca de 80 por cento da exportação brasileira. Em 1916, em proporção baixava a 70 por cento e em 1917 passou a cerca de 60 por cento.

O manganez já representou em 1917 cerca de 5 por cento da exportação, o açucar 6 1/2 por cento, o feijão 3 1/2 por cento, o arroz 2 por cento.

A carne congelada é um produto novo. O seu crescimento, proveniente das necessidades da

guerra, é formidável. Mas é preciso reconhecer que a carne vaca na Europa substituiu depois da guerra, porque os rebanhos, que já se iam tornando insuficientes em 1918, estão agora imensamente desfalcados.

O xarque teve também grande desenvolvimento com a guerra. A importação tem diminuído e a exportação aumentado.

O manganez é necessário para a fabricação do aço bessemer. Com a guerra houve, portanto, um verdadeiro «boom» de manganez.

O algodão não beneficiou com a guerra, como poderia, porque as safras não produziram mesmo para atender a todos os pedidos da propria indústria nacional.

O assucar é um velho produto do Brasil. Foi do engenho que arrancaram a riqueza que tornou possível a Independência. Foi o primeiro elemento de economia do país, constituindo e emanando como a mineração e as madeiras foram dos primitivos tempos coloniais. Mas, tendo sofrido crises formidáveis, depois do plantio da beterraba na Europa, só agora lhe apareceu de novo ampla perspectiva de exportação. E, portanto, sob este ponto de vista, um artigo novo, que ganha com a guerra e com a guerra se valoriza e é cada vez mais procurado.

As necessidades dos Aliados e neutros oram também para nós outras possibilidades.

Comegámos a exportar arroz, feijão, farinha de mandioca e milho. O Brasil, que já foi um grande importador de arroz e de feijão e batatas, já exporta esses três artigos, os dois primeiros para a Europa e o último para o Rio de Prata.

Os altos preços a que atingiram esses produtos fizeram com que as plantações se estendessem e novas perspectivas se abrissem para a nossa lavoura. De arroz já exportavamos em 1913 pequena quantidade e de farinha de mandioca sempre tivemos poucos mas fiéis fregueses.

A exportação de feijão era recente e insignificante. Só em 1916 a exportação do arroz e do feijão tomou incremento e começou a do milho e de batata. A de farinha de mandioca, que os Ingleses começaram a comprar, só se elevou em 1917.

Os frutos para óleo são antigos produtos de exportação, mas como oferecem novas perspectivas com a guerra, os incluímos na classe que vamos tratando. Os exportadores, pela insuficiência de produções, não puderam aproveitar de sua crescente valorização, principalmente de mamona. A exportação em quantidade não correspondeu à procura, mas o valor quase atingiu o dos outros anos, em virtude da alta dos preços.

As madeiras tiveram aumento em 1916, mas baixaram, devido a deficiência de extração, falta de transporte e proibição de importação da parte de alguns países belligerantes. A guerra e o período de reconstruções depois da paz dão ao comércio das madeiras tão

ampias possibilidades que o artigo só pode ser incluído entre os novos produtos que a guerra valorizou.

O milho só apareceu nos quadros da exportação em 1916. É uma grande riqueza a explorar.

Assim os novos produtos de exportação que tiveram impulso com as novas culturas e a especial situação do mundo, contribuiram em 1917 com cerca de 15 milhões de sterlinhas para um total de 59.875.000 libras.

Sem esse desdobramento da nova renda, o nosso comércio não teria obtido o saldo que garante a reparação e o desenvolvimento da nossa força econômica.

A exportação vem reflectindo também a situação geral do país.

Em 1913 foi maior do que a exportação, porque sofreu o influxo de encomendas que contavam com o mesmo movimento de capitais que se haviam distribuído pelo país nos anos anteriores. O país reparou as suas forças; restringiu as compras, tratou de comprar menos e vender mais; como, porém, os nossos principais produtos estavam e estão depreciados, o esforço foi muito grande, porque, enquanto compravamo mais caro em consequência da guerra, vendíamo mais barato, tendo em vista o conjunto da nossa exportação. Foram os novos produtos que tudo recompensaram. Vamos comparar a sua exportação em 1917 com o ano precedente.

	QUANTIDADE		VALOR — PAPEL	
	1916	1917	1916	1917
Carne congelada, toneladas.....	33.661	66.452	28.193.000\$	60.868.000\$
Xarque, toneladas .....	22.700	4.157	2.055.000\$	4.440.000\$
Manganez, toneladas .....	503.130	532.855	29.504.000\$	57.234.000\$
Algodão, toneladas .....	1.071	5.941	2.400.000\$	15.091.000\$
Açucar, toneladas .....	53.24	181.609	25.598.000\$	68.722.000\$
Arroz, toneladas .....	1.124	42.590	3.807	15.091.000\$
Batatas, toneladas .....	16	3.005	2.400.000\$	3.005
Farinha de mandioca, toneladas .....	4.771	18.498	3.005	829.000\$
Feijão, toneladas .....	45.594	83.428	1.977.000\$	5.192.000\$
Frutos para óleo, toneladas .....	15.319	81.106	13.768.000\$	40.582.000\$
Madeiras, toneladas .....	75.192	49.568	2.616.000\$	6.888.000\$
Milho, toneladas .....	4.832	24.047	5.911.000\$	4.866.000\$

#### 12º — A CRISE IDE NUMERARIO. CRISE DE CREDITO

Os diversos bancos que funcionam no Brasil tinham em Janeiro de 1917 mais dinheiro em caixa que em 1916.

As consequências da crise perduraram ainda em 1917, apesar do esforço de reparação que obteve resultados positivos na balança comercial.

A crise permaneceu sob muitos pontos de vista. Assim, o comércio no melado do anno que se sucedeu à crise de 1916.

Os bancos resumiram as suas transações; as caixas econômicas, depois da queda das entradas e do aumento das retiradas de 1913, 1914 e 1915, começaram a receber novos depósitos, o que demonstrava sobras de trabalho e portanto recrudescimento da actividade remuneradora.

Mas apesar disso, ou melhor por isso mesmo, o comércio sentia que havia falta de numerário. À mesma tempo, o Governo teve necessidade de recorrer às emissões de papel para atender às despesas públicas.

O imposto de importação, base de toda a renda, baixava e, se o imposto de consumo aumentasse, o equilíbrio não se poderia restabelecer.

À demanda, São Paulo, por intermédio de seus estadistas, comerciantes e lavradores mostrava a necessidade de uma emissão para amparar o

café, cuja proteção é necessária à estabilidade da nossa fortuna pública.

O nosso desenvolvimento económico apoiava-se na emigração de capitais e braços europeus; a guerra suspendeu essas remessas, mas como compensação criou novas correntes comerciais e forçou o país a trabalhar para o seu próprio abastecimento.

As culturas de cereais se extenderam; os Aliados vieram realizar compras auxiliadas e assim, enquanto os produtos tradicionais sofriam, outros artigos começaram a ser procurados com interesse e os lavradores, diante das novas perspectivas que se apresentavam, desdobraram as suas plantações. Houve assim um movimento novo e novos artigos de exportação não só cobriram o deficit do café, da borracha, da herva-mate, como fizeram com que o nosso comércio exterior fosse aumentando em volume e em valor.

O comércio desta e de outras pragas do Brasil, com a sua proverbial honestidade, conseguiu normalizar as transações e attenuar o mais possível a repercussão das perturbações consequentes da grande guerra.

A crise de numerário, a restrição resultante nas compras, a alta relativa dos preços trouxeram dificuldades; mas assim mesmo, em relação ao estado anormal, que atravessa o mundo, a nossa vida comercial segue o seu ritmo habitual e as cotações dos artigos de primeira necessidade são aqui e no exterior muito mais baixas, na generalidade dos casos, do que nos países europeus, nos Estados Unidos e nas Repúblicas do Prata.

O Governo teve de attender, porém, a situação especial e fornecer fundos ao Banco do Brasil, com a sua proverbial honestidade, conseguindo normalizar as transações e attenuar o mais possível a repercussão das perturbações consequentes da grande guerra.

A Indústria fabril desenvolveu as suas produções e os mercados nacionais estão de tal forma servidos que as nossas fábricas de tecidos não puderam atender a todas as encomendas que receberam do Prata. Assim mesmo no anno de 1917 se accentuou a exportação de produtos manufacturados que começaram há pouco tempo e abriu novas perspectivas às indústrias nacionais.

Num país como o nosso, sem suficiente organização bancária, toda essa actividade exigia capitais circulantes para a mover e fazer circular os artigos que produzia e dali a necessidade de novas emissões, que todo o mundo condena, mas que em dados momentos todos os países praticam.

13º — A SIMPLIFICAÇÃO ORÇAMENTARIA.  
A DOUTRINA DA CÂMARA. A DOUTRINA DO SENADO. A SOLUÇÃO DO SR. MINISTRO DA FAZENDA.

O trabalho da elaboração dos orçamentos principiou em 1917 com relativa calma e ponderação. A Câmara resolveu sujeitar tudo que visasse interesse pessoal e tratou de reduzir as despesas afim de compensar a diminuição da receita, sem que fosse necessário o apelo a novos impostos ou a novos empréstimos. O Sr. Antônio Carlos, então relator da receita da Câmara, não tomou em consideração a proposta da criação e agravação de impostos do Ministro da Fazenda. Ele então e procurou reduzir as despesas, aguardando oportunidade para a solução definitiva.

O espírito de iniativa do nosso comércio, da indústria e da lavradora foi adaptando as condições de produtividade do país às circunstâncias novas e assim fomos compensando a deficiência de exportação dos nossos clássicos produtos de venda exterior.

A economia nacional reagiu assim. Mas não era possível deixar que o café, base da nossa

exportação, se depreciasse em extremo, pela abundância dos depósitos não procurados, porque a crise viria em pouco tempo depois, e reflectir em todo o organismo brasileiro e inutilizar mesmo o esforço da multiplicidade da cultura. Por isso, os dirigentes paulistas solicitaram o auxílio da União, para sustentar os preços do café e pela lei de defesa nacional o Governo Federal foi autorizado a destinar 150.000 contos da emissão de papel-moeda para ajudar o Estado de São Paulo no amparo das cotações do seu e nosso principal produto.

No fim do anno o Pará e o Amazonas pediram igual proteção para a borracha e o Senhor Presidente da República, usando da autorização da lei de guerra, ordenou que o Banco do Brasil despendesse até 15.000 contos na compra da borracha a um preço que impedisse a queda proposital das cotações.

O Governo da União e os Estados estão interessados na intensificação das culturas e o Sr. Presidente da República constituiu um comitê de Produção Nacional que indicou uma porção de medidas utiles: uniformização de fretes, garantia de preço mínimo às certas produções, regularização da navegação, crédito agrícola, etc.

A Indústria fabril desenvolveu as suas produções e os mercados nacionais estão de tal forma servidos que as nossas fábricas de tecidos não puderam atender a todas as encomendas que receberam do Prata. Assim mesmo no anno de 1917 se accentuou a exportação de produtos manufacturados que começaram há pouco tempo e abriu novas perspectivas às indústrias nacionais.

Num país como o nosso, sem suficiente organização bancária, toda essa actividade exigia capitais circulantes para a mover e fazer circular os artigos que produzia e dali a necessidade de novas emissões, que todo o mundo condena, mas que em dados momentos todos os países praticam.

14º — A SIMPLIFICAÇÃO ORÇAMENTARIA.  
A DOUTRINA DA CÂMARA. A DOUTRINA DO SENADO. A SOLUÇÃO DO SR. MINISTRO DA FAZENDA.

O trabalho da elaboração dos orçamentos principiou em 1917 com relativa calma e ponderação. A Câmara resolveu sujeitar tudo que visasse interesse pessoal e tratou de reduzir as despesas afim de compensar a diminuição da receita, sem que fosse necessário o apelo a novos impostos ou a novos empréstimos. O Sr. Antônio Carlos, então relator da receita da Câmara, não tomou em consideração a proposta da criação e agravação de impostos do Ministro da Fazenda. Ele então e procurou reduzir as despesas, aguardando oportunidade para a solução definitiva.

O Sr. Antônio Carlos foi, na Comissão de Finanças, um dos líderes dessa orientação prudente. Reconhecendo que não era possível per-

que a França fornecerá ao Brasil pelo aproveitamento da praia dos trinta navios cedidos.

Assim o orçamento ordinário ficaria perfeitamente equilibrado sem que fosse necessário recorrer a novos impostos ou a exageros de cálculos.

A Comissão aprovou as idéias do Sr. Ministro e assim o orçamento foi elaborado sob princípios novos: para cobrir o deficit existente o Senado, de acordo com o Governo, indicou como receita os recursos acumulados pelo Governo e a indemnização oferecida pela França pelo uso dos navios do Lloyd Brasileiro.

Assim foi feito. A Câmara aprovou o que o Senado emendara e a lei da receita para o exercício de 1918 apareceu no dia 1 de Janeiro no Diário Oficial com inovações interessantes que convém fixar.

A questão orçamentária é de grande e primordial importância. Não é possível negar a sua influência em toda a vida económica e financeira do país.

É uma lei central. Em torno dela gira tudo o que o Governo pode fazer no exercício e num país novo de riqueza em formação, sem capitais disponíveis, tudo depende directa ou indirectamente do Estado.

A vida económica do país está assim subordinada à questão orçamentária, porque o estado das finanças públicas reflecte na economia nacional como esta naquelas.

Tudo que se tenta fazer de grande e novo procura, nos países de riqueza insuficiente, a proteção directa ou indireta do Estado. A esquerda classista, os libertários, os anarquistas acham que não deve ser assim; o tipo ideal de uma sociedade industrial não é realmente esse. Mas nem todos os ideais podem ser realizados pela simples enumeração de suas aspirações. A realidade é que, nas épocas de crise, nos países novos, nas sociedades de riqueza em formação, é para o Estado que todos apelam a bens e males tudo é devido e atribuído à sua beneficia ou maleficio influencia que por toda a parte aparece.

14º — O ORÇAMENTO DE 1918 E A SITUAÇÃO FINANCEIRA

O orçamento de 1918 ficou equilibrado, graças aos recursos extraordinários que entraram para reforçar a receita ordinária.

A receita foi calculada de forma que o equilíbrio fosse obtido com os elementos novos e temporários que deram novas forças às diversas rubricas.

A receita geral da República dos Estados Unidos do Brasil para 1918 foi assim orgada em 114.998.857\$200 ouro e 428.435.000\$ papel e a destinada à aplicação especial em 10.970.000\$ ouro e 19.978.000\$ papel. Houve aumento na receita papel com relação ao anno anterior e diminuição na receita ouro.

A despesa geral foi fixada em réis 34.456.084\$444 ouro e 461.958.950\$959 papel. Havia assim deficit papel e saldo ouro. Houve, em relação ao orçamento anterior, diminuição na despesa ouro e aumento na despesa papel.

As despesas são assim discriminadas pelos Ministérios:

Ouro	Papel
Justiça e Negócios Interiores.....	12.394\$400
Guerra.....	100.100\$000
Agricultura.....	61.680\$352
Viação.....	30.002.544\$920
Fazenda.....	50.827.262\$772
	126.087.962\$862

Relações Exteriores.....	2.936\$000	1.107.200\$000
Mandado.....	200.000\$000	44.312.851\$638
Impostos de direitos.....	144.000\$000	
Impostos de phardes.....	226.000\$000	
Impostos de docas.....	27.000\$000	
Imposto de sello.....	20.000\$000	
Imposto sobre subsídios e vencimentos.....	50.000\$000	
Produto do arrendamento das arcadas monastáticas.....	100.000\$000	
Renda dos Telegraphos.....	800.000\$000	
Arrendamento dos navios do Lloyd.....	38.863.110\$000	
Renda dos consulados.....	1.000.000\$000	

Em relação ao anno anterior houve aumento em todas essas rubricas, menos em papel não do Exterior, e ouro na Fazenda.

A discriminação das previsões da receita, foi assim delta para 1918:

Ouro:

Direitos de importação.....	62.208.000\$000
2% sobre os ns. 93 e 95.....	720.000\$000
Expediente dos generos livres.....	144.000\$000
Impostos de phardes.....	226.000\$000
Impostos de docas.....	27.000\$000
Imposto de sello.....	20.000\$000
Imposto sobre subsídios e vencimentos.....	50.000\$000
Produto do arrendamento das arcadas monastáticas.....	100.000\$000
Renda dos Telegraphos.....	800.000\$000
Arrendamento dos navios do Lloyd.....	38.863.110\$000
Renda dos consulados.....	1.000.000\$000

Renda Extraordinária:

Montepio da Marinha.....	1.000.000
Montepio militar.....	2.000.000
Montepio dos funcionários públicos.....	35.000.000
Indemnizações.....	20.000.000
Contribuição do Estado de São Paulo para pagamento dos juros e amortizações do empréstimo de libras 3.000.000	2.560.320\$000

Importância a despendar no exercício do depósito para a construção da Estrada de Ferro de Goyaz.....	4.913.083\$312
Fundos depositados em Londres	8.888.888\$889
	120.758.357\$260
Essas rendas e recursos fornecem réis	
	5.760.000\$ dos 5% ouro da totalidade dos di-

Renda Extraordinária:	
Montepio da Marinha.....	1.000.000
Montepio militar.....	2.000.000
Montepio dos funcionários públicos.....	35.000.000
Indemnizações.....	20.000.000
Contribuição do Estado de São Paulo para pagamento dos juros e amortizações do empréstimo de libras 3.000.000	2.560.320\$000

Importância a despendar no exercício do depósito para a construção da Estrada de

Ferro de Goyaz.....

Fundos depositados em Londres

120.758.357\$260

Essas rendas e recursos fornecem réis

5.760.000\$ dos 5% ouro da totalidade dos di-

reitos de importação para a roda com applicação especial, restam 114.998.357\$200.

As previsões da receita papel são assim discriminadas:

Direitos de importação.....	49.923.000\$000
Expediente dos generos livres de direitos.....	270.000\$000
Expediente das capatacias.....	406.000\$000
Armazenagem .....	540.000\$000
Taxa de estatística.....	315.000\$000
10% sobre o expediente.....	45.000\$000
Imposto de consumo:	
Fumo .....	20.000.000\$000
Bebidas .....	81.000.000\$000
Phosphores .....	17.000.000\$000
Sal .....	5.500.000\$000
Calçados .....	4.500.000\$000
Especialidades pharmaceuticas .....	2.000.000\$000
Perfumarias .....	2.500.000\$000
Conservas .....	4.850.000\$000
Vinagre .....	400.000\$060
Velas .....	500.000\$000
Bengalas .....	30.000\$000
Tecidos .....	22.400.000\$000
Espartilhos .....	40.000\$006
Vinho extrangeiro.....	3.800.000\$000
Papel para forrar casas.....	40.000\$000
Cartas de jogar.....	450.000\$000
Chapéus .....	8.450.000\$000
Discos para gramophones .....	85.000\$000
Louças e vidros.....	600.000\$000
Ferragens .....	500.000\$000
Café torrado e moído.....	1.800.000\$000
Manteiga .....	500.000\$000
Imposto de sello.....	28.800.000\$000
Imposto de transporte.....	8.000.000\$000
Imposto de 5% sobre os dividendos.....	5.000.000\$000
5% sobre os juros das hipotecas.....	400.000\$000
2% sobre os premios de seguros marítimos e terrestres e 5% sobre premios de seguros de vida.....	400.000\$000
10% sobre as importâncias de sorteios.....	60.000\$000
5% sobre os valores distribuidos pelos clubes de mercadorias.....	50.000\$000
Imposto sobre as loterias.....	1.400.000\$000
Premios dos depósitos públicos.....	40.000\$000
Taxa judicial.....	120.000\$000
Taxa de aferição dos hidrometros.....	5.000\$000
Renda do Acre.....	5.000\$000
10% sobre a exportação da borracha do Acre.....	6.000.000\$000
Rendas patrimoniais — Villa Militar Deodoro .....	30.000\$000
Proprios nacionais .....	500.000\$000
Villas Proletárias .....	140.000\$000

As previsões da receita papel são assim discriminadas:

Direitos de importação.....

Expediente dos generos livres de direitos.....

Expediente das capatacias.....

Armazenagem .....

Taxa de estatística.....

10% sobre o expediente.....

Imposto de consumo:

Fumo .....

Bebidas .....

Phosphores .....

Sal .....

Calçados .....

Especialidades pharmaceuticas .....

Perfumarias .....

Conservas .....

Vinagre .....

Velas .....

Bengalas .....

Tecidos .....

Espartilhos .....

Vinho extrangeiro.....

Papel para forrar casas.....

Cartas de jogar.....

Chapéus .....

Discos para gramophones .....

Louças e vidros.....

Ferragens .....

Café torrado e moído.....

Manteiga .....

Imposto de sello.....

Imposto de transporte.....

Imposto de 5% sobre os dividendos.....

5% sobre os juros das hipotecas.....

2% sobre os premios de seguros marítimos e terrestres e 5% sobre premios de vida.....

10% sobre as importâncias de sorteios.....

Imposto sobre as loterias.....

Premios dos depósitos públicos.....

Taxa judicial.....

Taxa de aferição dos hidrometros.....

Renda do Acre.....

10% sobre a exportação da borracha do Acre.....

Rendas patrimoniais — Villa Militar Deodoro .....

Proprios nacionais .....

Villas Proletárias .....

Paraná..... 50:000\$  
Rio Grande do Norte 10:000\$  
Maranhão..... 60:000\$

— Parece interessante recordar e confrontar os totais dos orçamentos votados de 1912 para cá:

ORÇAMENTOS	RECEITA		DESPESA	
	Ouro	Papel	Ouro	Papel
1912.....	92.135.610.800	812.627.1500\$000	56.465.044\$668	404.021.461\$486
1913.....	103.382.684.4888	953.257.300.000	63.284.720.8911	469.463.812.3478
1914.....	105.235.081.4888	347.661.900.000	70.179.809.8234	420.923.469.8182
1915.....	95.330.561.4888	289.588.000.000	54.884.605.7774	387.841.412.2211
1916.....	98.187.468.6566	324.951.000.000	84.365.086.6788	405.266.002.2188
1917.....	116.210.204.444	327.800.333.000	95.532.945.8394	407.426.739.1111
1918.....	114.998.357.820	428.435.000.000	84.456.084.444	461.958.960.969

O Sr. Wenceslao Braz assumiu o governo em condições muito especiais. A renda da Alfândega decrescia, a dívida do Estado avultava e a crise não tão grande que o Tesouro deixava de sair das contas, de pagar a funcionários e de exercer pontualmente os serviços da dívida interna.

A dívida externa estava com o segundo funding loan; o Sr. Presidente da República disse que executaria a palavra do Brasil e que através de todas as dificuldades recenteria o pagamento dos juros da nossa dívida externa em especial no prazo marcado pelo contrato. Cumpriu a palavra e em 1917 reconheceu o serviço da dívida externa do Brasil em especial. Sem esquecer, com modestia, o governo não só regularizou a situação financeira externa, restabelecendo a confiança, como conseguiu normalizar os pagamentos internos, usando largamente dos recursos votados para esse fim.

Quando assumiu o governo o Sr. Wenceslao Braz, da emissão de papel-moeda autorizada pelo lei n. 2.863, de 15 de Agosto de 1914, só restava um saldo de 30.000.000\$, do qual apenas 3.000.000\$ só poderiam ser aplicados em auxílios aos bancos.

Para as despesas ordinárias e para satisfazer os encargos do Tesouro só havia a emitir 27.000.000\$000.

Os compromissos da União não tendo sido satisfatórios ameaçavam a praça de uma crise tremenda; as contas não pagas e já descontadas nos bancos congestionavam as carteiras destes e entorpeciam o movimento comercial.

Foi então que ficou resolvida a emissão de letras-ouro e de letras-papel, e os decretos números 11.471, 11.478, 11.510 e 11.570, de 4 e 5 de Fevereiro, 4 de Março e 5 de Maio de 1915, autorizaram essa operação, que a situação tornava urgente e necessária para evitar males profundos e de grande repercussão em toda a economia do país. Com esses recursos, pôde o Sr. Wenceslao Braz liquidar a maior parte das obrigações que, outros contrairam e assim aliviar a situação do Tesouro e revigorar o crédito nacional.

A mensagem lida a 3 de Maio de 1918 dava a totalidade do valor dessas emissões e a importância de seu cargo. Assim, foram emitidas em Londres, letras-ouro na importância de libras 3.417.968.187, e no Tesouro Nacional na de libras 1.636.552.118, perfazendo um total de 5.054.521.135.

A terceira emissão de papel-moeda foi autorizada, conjuntamente com a emissão de apólices, para dar ao Governo os recursos necessa-

rios para acudir às despesas extraordinárias a que o estado de guerra obrigou.

Em 31 de Dezembro de 1917 o valor do papel-moeda em circulação era de 1.335.232.970\$. A renda das Alfândegas diminuiu com a guerra, mas como diz a mensagem «por outro lado os impostos de consumo aumentaram, o que traz o estabelecimento de novas indústrias no país e o desenvolvimento das já existentes».

A renda aduaneira, que em 1914 foi de réis 60.564.485.982 euro e 97.652.914\$977 papel, foi em 1917 de 56.602.582\$020 euro e réis 48.112.668\$891 papel.

Em compensação, os impostos de consumo, que em 1914 produziram 52.240.822\$835, em 1917 atingiram a um total de 114.819.464\$879.

O funding ainda aliviou por um lado as despesas de 1917, mas também onerou os seus encargos, fazendo crescer a dívida externa de £ 3.175.769.11-2.

O esforço de reparação da actual presidência patentela-se principalmente no estudo do balanço do Thesouro. Infelizmente esses balanços ainda não são completos; as informações costumam a chegar e grande parte, tanto de receita como de despesa, não figura nas suas rubricas competentes e sim como verbas não especificadas, constantes ainda de demonstrações e telegrammas.

Assim mesmo pôde-se avaliar a marcha para a normalização, a orientação segura, o equilíbrio relativo. Certo, em 1917 a proporção dos recursos papel é muito maior do que em 1916. A situação especial que atravessa o país explica essa diferença.

A atitude agressiva e deshumana da Alemanha tornou a guerra inevitável. A guerra exigiu despesas extraordinárias. Seria contradizente, absurdo, inique cuidar somente das despesas militares, como seria levandão sem nome não tratar delas.

Foi preciso melhorar o apparelhamento militar do país, e ao mesmo tempo fomentar o desenvolvimento económico para criar novas fontes de produção.

Assim, o movimento geral do Thesouro aumentou; foi de 179.876.774\$880, ouro, e réis 815.161.638\$926, papel, em 1916 e de réis... 183.073.742\$512, ouro, e 995.489.290\$160, papel, em 1917. Foi o decreto da 3ª emissão (16 de Agosto) que facultou os recursos para esse acréscimo de movimento de fundos.

A receita em 1916, incluindo a constante de demonstrações, telegrammas e os saldos, foi de 73.042.854\$217, ouro, e 353.240.322\$519, papel, em 1916. A despesa ordinária e extraordinária atingiu a 84.138.335\$893, ouro, e a 496.080.249\$134, papel. Ao demais, os resgates de letras do Thesouro exigiram a somma de 5.424.968\$640, ouro, e 37.244.800\$000, papel, as diferenças de tipo de apólices dadas em pagamento e em substituição por letras em pagamento e em conversão de espécie \$ 856.008\$000, papel, e a conversão de espécie 0.528.008\$927. As despesas montaram, portanto, a 96.181.801\$562, ouro, e a somma de réis... 540.181.157\$134, papel.

O «deficit» veria assim, sem as operações de crédito, de réis de 200.000.000\$, papel e de 20.000.000\$000 euro.

O Governo, no entanto, em seu poder recursos para cobrir esses «deficits» e deixar mesmo espaço para o ano seguinte. Emitiu 140.503.000\$000 em papel-moeda, 6.848.556\$847 em letras, ouro, e 8.879.000 em letras-papel; 62.783.200\$000 em apólices e a conversão em espécie produziu 12.813.166\$894, papel. Foi o movimento dos saldos que deu a somma total.

Em 1917 as despesas totais, ordinárias e extraordinárias, elevaram-se a 199.351.952\$955, ouro, e a 524.420.270\$117, papel, e as operações de crédito exigiram 11.256.584\$783, ouro, e réis 10.408.800\$ para resgate das letras do Thesouro; 5.858.223\$ para diferença de tipo das apólices dadas em pagamento e em substituição de letras e 6.000.000\$ para resgate de moedas subsidiárias, além de 13.288.120\$792, euro, resultantes de conversão de espécie.

As receitas ordinárias produziram o total de 66.245.463\$822, ouro, e 358.489.869\$410, papel.

Seriam, como se vê, insuficientes para acudir às despesas. Os recursos de que o Legislativo dotou o Executivo tornaram porém, possível a regularização de todas as contas.

O Governo, de acordo com as respectivas autorizações do Congresso, emitiu 267.000.000\$ de papel-moeda, letras do Thesouro na importância de 5.451.148\$183, ouro, apólices no valor de 63.885.900\$, papel, títulos do funding na importância de 23.229.062\$736, ouro, e a conversão de espécie restituído 31.182.940\$958.

Assim todos os pagamentos foram postos em dia e regularizados.

Numa época anormal como a nossa não se pode pensar em equilibrar orçamentos por outra forma. Só a Inglaterra e os Estados Unidos não utilizam papel-moeda como recurso para suprir a renda e fazer pagamentos; todos os outros países usaram largamente desse expediente.

Mas a própria Inglaterra emitiu cerca de 200.000 libras de notas divisionárias, que são afinal papel sem encaixe perfeitamente correspondente e os Estados Unidos só não emitiram notas de várias espécies como certificados do Thesouro.

A aggravação e a criação de impostos sempre não só exequíveis neste momento, como sempre contraproducentes. Quando se precisa fomentar a riqueza, acelerar as fontes de produção, não se pode cogitar de aumento de tributos. Todos reconhecem os inconvenientes das emissões; mas neste momento só esse recurso permitirá equilibrar a vida financeira e a económica, aliviar o Thesouro e quitar da proteção da indústria, da agricultura e do comércio.

O Estado argentino, que não recorreu a esse recurso, duplicou os impostos e o seu débito ao Banco da Nación é de 600.000.000 de pesos.

Para liquidar os compromissos oriundos de administrações anteriores e regularizar a vida económica e financeira do país, não havia outra solução senão apelar para esse empréstimo indiano.

directo, para esse empréstimo que se distribuiu insensivelmente, que é em summa a emissão de papel-moeda.

Todos os outros governos, mesmo os das grandes potências, com fornidadas reservas de ouro, usaram e usam desse expediente não só para scudir a despesas como para evitar o movimento da moeda metálica. Todo o mundo sabe que o papel-moeda não é um ideal, não deve ser um objectivo doutrinário; mas foi uma necessidade aqui, como em toda a parte nessa época excepcional da história.

#### 15º—OS RECURSOS DA LEI DA RECEITA

Por toda a parte, o estado das finanças públicas é factor de prosperidade ou desequilíbrio económico e nos países do nosso tipo social ainda mais cresce de importância.

No Brasil, a questão orçamentaria é basica. Infelizmente ainda, não se compreenderam dessa realidade tão evidente. As leis de muitos são votadas à ultima hora, no tumulto das sessões entre o Natal e a noite de S. Silvestre.

Em 1917, a Câmara teve um critério — o critério da simplificação. A Comissão de Finanças realizou um trabalho útil, limitando tudo que lhe pareceu demasiado e contariando tudo que pudesse redundar em aumento de despesa.

Esse método teve os defeitos de suas qualidades. Conduzido com excesso, levou a Câmara a reduzir em demasia as dotações e assim, querendo fazer um orçamento sincero, real, poderia ter feito a lei de tal forma que determinasse forçosamente uma porção de créditos extraordinares. Assim o esforço de simplificação seria contraproducente.

No estudo da receita, como já vimos, a Câmara usou de um método mais ou menos igual. Havia na proposta do Governo um deficit de 72 mil contos. Não era possível criar impostos novos ou agravar os antigos. Como definiu muito bem o Sr. Antônio Carlos, Ministro da Fazenda, a fase do aumento ou agravação de impostos deve ser, neste momento pelo menos, considerada encerrada. Assim, como viemos, o reconheceu a Câmara. Mas não quiz usar de recursos extraordinários para acudir às despesas ordinárias. E como desejava equilibrar a despesa com a receita, majorou com optimismo as previsões desta e cortou em demasia as dotações daquela.

O Senado obedeceu a outro critério. Os seus relatores puderam à vontade mostrar como as provisões da Câmara eram exageradas e como as dotações eram insuficientes. No plenário, o Senado, esperando a criação de novos impostos, aumentou as verbas, autorizou novos serviços e novas despesas. A exposição do Sr. Antônio Carlos definiu, porém, o problema que tanto parecia obscuro e sem saída.

Sem aumento de impostos, sem agravar antigos tributos, o Sr. Ministro da Fazenda sugeriu a solução mais adequada e que se tornaria

possível pelo fino tacto com que S. Ex. ultimou as negociações do convenio com a França.

O Senado, apesar disso, creou despesas novas, mas incluindo, como propusera o Sr. Antônio Carlos, os recursos provenientes do convenio, como receita, removeu todas as dificuldades. Como, porém, as despesas fossem maiores, a casa alta do Congresso não se contentou com o produto de indemnização que a França nos ofereceu como compensação da utilização dos nossos navios, operação que a lei do orçamento impropriamente registrou como arrendamento, e por isso a receita do produto da emissão que o Executivo fica autorizado a realizar sobre as notas da Caixa de Conversão que adquiriu e posse. A Câmara não emendou o projecto da lei da receita que o Senado lhe enviou e assim, nas suas linhas gerais, prevaleceram o excelente pensamento do Sr. Ministro da Fazenda.

Todos os países em guerra compreenderam a necessidade da divisão primordial das despesas ordinárias e extraordinárias. A Inglaterra nunca modificou a sua tradicional e sabia política, e val consolidando as despesas provenientes da guerra à proporção que elas adquiriram carácter permanente. A França a princípio confundiu tudo; agora tem um orçamento anual ordinário e orçamentos tulmestras de guerra.

O ideal orçamentário é um orçamento de rubricas e algarismos e não de autorizações e textos de lei. O Estado de S. Paulo, graças à prudente e severa disposição da sua ultima reforma constitucional e a à sapiente direcção que a sua administração financeira val imprimindo o Sr. Cardoso de Almeida, pôde já obter orçamentos que consigam previsões e despesas fixas. A lei de meios para o corrente exercício do grande Estado não contém autorizações nem recursos extraordinários. É clara e modelar no seu texto.

O orçamento federal conserva ainda sobrevenções, hábitos, vícios que só com muito esforço e muito tempo poderão ser extirpados.

A lei de meios de 1918 apresenta, porém, um aspecto novo e que é de capital importância neste momento.

Foi a feliz sugestão do Sr. Ministro da Fazenda que creou para os órgãos no presente exercício esse carácter original, de benefícios incontestáveis. Foi uma solução que nesta época de transição é de grande alcance e será de enorme repercussão.

Os Srs. Presidente da República e Ministro da Fazenda conseguiram, segundo, uma uniforme política de redução da despesa, acumular recursos que dão ao Tesouro uma situação relativamente folgada. O Convenio com a França veio aumentar a somma desses recursos.

Ora nós passamos por período anormal da história do mundo e do país. É preciso intensificar a produção, despertar as riquezas latentes do grande país que somos, abrir perspectivas novas à actividade nacional, proteger, amparar, fomentar, criar. Tudo isso não se poderia fazer se fossemos reduzir as despesas às proporções da

receita ordinária. Ao mesmo tempo, não seria lógico e útil aumentar ou desdobrar impostos. Não só a capacidade tributária actual não suportaria esse gravame, como semelhante solução iria agravar a produção e inutilizar, portanto, todo o esforço de trabalho e de fomento.

A solução altruísta pelo Sr. Ministro da Fazenda foi assim feliz e opportuna. Neste momento excepcional, usaremos dos recursos acumulados e dos recursos que o Convenio com a França nos proporciona.

Assim, a ação de protecção do Governo não será contraprodutiva; pedirá trabalho, mas não tributará esse trabalho. Quando os recursos extraordinários não tiverem razão de ser ou se ex-gotarem, as rendas ordinárias já terão atingido ou ultrapassado o seu nível normal e a multiplicidade das culturas já permitirá novos tributos sem pesarem sobre o contribuinte e inutilizar o seu trabalho. Então, as despesas ordinárias serão naturalmente feitas com a renda ordinária e não teremos mais necessidade de appellares para recursos extraordinares.

Nesta época de expectativa e de surpresas, de transição e de produção nova, a solução orçamentaria de recorrer a receitas extraordinárias é, porém, muito opportuna e será de resultados seguros, porque alliviará relativamente os contribuintes.

Certo, o Senado, tendo criado despesas novas, não ficou na sugestão do Sr. Antônio Carlos e desdobrou em alguns casos os impostos de importação. Mas isso é um simples detalhe, cuja conveniencia merece análise, mas que não contribui para obter o equilíbrio orçamentário, porque a quota dos novos tributos será insignificante.

Todos os países tiveram de aumentar os encargos dos contribuintes. Na America Latina, as diversas Repúblicas estudam reformas fiscais e a Argentina creou impostos nacionais de exportação.

Sob este ponto de vista, a nossa lei da receita apresenta aspectos novos, mas que serão de utila repercussão e revelam singular prudência dos administradores. Sem desorganizar serviços, sem agravar impostos, sem solicitar empréstimos, podemos obter o equilíbrio orçamentário, graças a uma reunião de recursos que, neste momento, são de feliz oportunidade e perfeita segurança.

#### 16º — A POLÍTICA ECONOMICA DOS ORÇAMENTOS

A receita e a despesa contêm sempre alterações que podem influir em toda a vida económica do país. São os principais veículos da política dirigente e portanto só por seu intermédio é possível avaliar as tendências predominantes e as correntes que se avolumam. Toda ou qualquer política reflecte-se nas leis de meios, as quais facultam a sua execução integral e como os impostos — mais, por habito, do que pelo direito escrito — são modificados mais nos orçamentos

do que nas leis especiais só pelo estudo da respectiva podemos interpretar a significação das transformações promulgadas.

A maior parte das emendas incorporadas ao orçamento ou são feitas para solução fiscal, para produzir dinheiro, ou para proteger determinada industria ou região. Certo, na maioria dos nossos congressistas, há relativa indiferença pelo aspecto geral e pelo impacto económico do que sugerem; tratam apenas ou de equilibrar o orçamento, ou de atender a pedidos de interessados. Há, porém, uma minoria inteligente que sabe o valor das medidas aprovadas. Quase que sejam, entretanto, os intuios das disposições da receita, das quais resultam princípios que aos observadores da nossa política não podem nem devem escapar. Queriam ou não queriam, os congressistas vão fazendo, com felicidade ou não, uma política protecionista, mesmo que seja com a ingenuidade com que M. Jourdain fazia prosa.

Há, assim, a lei da receita, disposições que podem ser divididas em categorias. Há disposições de ordem simplesmente fiscal; há outras que visam o protecionismo agrícola, o protecionismo industrial, a reciprocidade comercial, a protecção ao comércio, a defesa eventual do consumidor; outras ainda procuram ajudar a educação popular e fomentar o progresso material.

Muitas dessas disposições constam há muitos anos das leis da receita; outras são novas e vão ser aplicadas pela primeira vez.

Não houve na elaboração dos orçamentos um princípio director. Não houve discurso ou parecer que indicasse as medidas necessárias para formar uma ação de conjunto com um fim estabelecido. Foi tudo feito, mais ou menos, ao acaso. Mas, por isso mesmo, parece útil coordenar todas essas disposições.

O orçamento não deveria ser o instrumento único da legislação nessa particular. Mas a verdade é que é. Portanto, o que nos cumpre, diante do facto, é averiguar os seus intuios e mostar os seus fins.

Na lei da despesa há margem também para estudo dessa natureza. Mas o da receita é mais importante sob este ponto de vista. Alguns relatores da despesa formularam princípios de ordem geral, mas ao estudar a receita senadores e deputados só se preocuparam com a questão financeira propriamente dita.

Entretanto, a lei da receita tem grande importância política, económica e social. Creando, agravando, suprimindo impostos, estabelecendo isenções, o Congresso favorece ou onera determinadas classes, trata ora de amparar o produtor, ora de defender o consumidor. Na lei da despesa, a ação do Estado é directa; é de premio, de auxilio ou de instalação de serviços protectores; é de estímulo e fomento.

A maioria dos congressistas é composta de proprietários rurais ou de seus representantes. Há, portanto, apesar de toda a obliteração doutrinária, a tendência de cuidar e de proteger aavoura-a a indústria pastoral, o que aliás,

o que as condições do país e do mundo estão indicando;

O Congresso não esquece, porém, sob o seu ponto de vista e dentro de seus moldes de agir, a indústria e o comércio.

Certo, muitas dessas disposições não são convenientes ou oportunas e atentam a interesses de pessoas ou companhias. Mas é útil e salutar destacar nesses artigos baralhados o que há de doutrina e de tendências políticas.

Vamos começar pelas medidas que nos pareceram de simples necessidade fiscal, de necessidade de fazer dinheiro.

Mostraremos, apezar disso, a sua significação econômica. Trataremos depois de coordenar as disposições tendentes a proteger a agricultura, a indústria, o comércio e o progresso material e moral. Muitas medidas incluídas nessas análises serão contraproducentes. Não nos compete agora examinar esse lado da questão. Queremos apenas accentuar as tendências políticas e econômicas da lei da receita.

Os principais aumentos são de ordem fiscal: novos artigos incluídos na classe 11ª da tarifa em vigor, chromato e bichromato de sódio; o do sulfato de alumínio sem outra base no número 303 da classe 11ª; o do sulfato de chrome; os direitos novos sobre saítes náus de madeira para calçado, sobre os ácidos; a elevação das taxas para a acetona, acetatos de alumínio, acetatos de chumbo, de cobre, de ferro e de cal, de acido acético glacial ou cristalizável, etc.; novas especificações para o artigo 124 das tarifas, novas rubricas para o artigo 173 (tintas); os novos direitos sobre malhas de algodão ou fio de Escócia; as novas taxas e razões para certas qualidades de papel; os novos impostos e taxas de consumo sobre bebidas e sobre louças, alcatifas e tapetes.

O Congresso é protecionista. A lavoura e a pecuária foram diretamente protegidas por uma porção de isenções e concessões — aliás justas e necessárias. As forragens importadas para a construção de navios e vapores em estaleiros nacionais pagaram apenas 8 % ad valorem. Pagaram as mesmas porcentagens os aparelhos e acessórios destinados exclusivamente às aplicações industriais do álcool como forca, luz e aquecimento.

O Executivo é autorizado a cobrar apenas 5 % ad valorem de direitos de importação sobre machinismos apropriados ao estabelecimento de fábricas de papel de impressão para jornal, desde que se obriguem a usar como matéria prima madeira nacional. É isenta de todo e qualquer imposto a importação de material bruto necessário à construção de navios, aeronaves e automóveis.

Os machinismos para todas as instalações de frigoríficos gozam de isenção de direitos. O Governo é autorizado a tratar com os Estados interessados no sentido de acordar a cunha da borracha, podendo, entre outras medidas, modificar a taxa de exportação cobrada pela União. Só pagará 8 % ad valorem todo o material necessário às indústrias de laticínios. Contida isento de direitos de importação o salitre do Chile destinado a adubo. O gado de toda a espécie, que não for importado para matança imediata, en-

trará livre independentemente de quaisquer medidas fiscais. Ficam isentas de selo as operações que os bancos populares e as caixas rurais, organizadas sob forma cooperativa, realizarão com agricultores e criadores. Os bancos de crédito real e agrícola não pagarão impostos sobre juros de empréstimos hypothecários. Só pagará 5 % ad valorem os materiais e machinismos para usinas e moinhos para preparo, beneficiamento, transformação e conservação do trigo, cereais e outros produtos agrícolas destinados à alimentação. Gosará de isenção os direitos o óleo de petróleo bruto importado pelos lavradores para combustível de máquinas agrícolas. Ficam isentos do imposto de 5 % os empréstimos agrícolas até o máximo de 3.000\$000. Os artigos manufaturados com borracha brasileira terão um regime especial de favor.

O Governo federal fará a revisão das tarifas das estradas de ferro custeadas diretamente pela União, reduzindo o frete de cereais, de sementes para as plantações, de máquinas agrícolas e adubos para a agricultura e de arame farpado para cerca.

O Congresso votou e manteve medidas de proteção industrial. Continua gozando de isenção do imposto de consumo a louça de pô de pedra manufacturada na fábrica de Santa Catharina, em S. Paulo. Esta isenção é extensiva à louça de pô de pedra e outros produtos cerâmicos de fábrica de Angelo Trizzi & Irmãos, estabelecidos na Pedreira, município de Amparo, Estado de S. Paulo, às fábricas de Santa Jósephina em Jundiahy e à da vila Grondi & C., de S. Bernardo; ficando, assim, concedidos à fábrica de louça de Villa Colombo, no Paraná, os mesmos favores de que goza a de Santa Catharina, em S. Paulo.

A construção naval recebe também favores. O material flutuante para o serviço de navegação dos rios e as peças metálicas importadas para a construção de navios e vapores em estaleiros nacionais pagaram apenas 8 % ad valorem. Pagaram as mesmas porcentagens os aparelhos e acessórios destinados exclusivamente às aplicações industriais do álcool como forca, luz e aquecimento.

O Executivo é autorizado a cobrar apenas 5 % ad valorem de direitos de importação sobre machinismos apropriados ao estabelecimento de fábricas de papel de impressão para jornal, desde que se obriguem a usar como matéria prima madeira nacional. É isenta de todo e qualquer imposto a importação de material bruto necessário à construção de navios, aeronaves e automóveis.

O carvão de pôdra e o óleo de petróleo, quando importados para servir de combustível, pagará a taxa de 2 %, de conformidade com a circular do Ministério da Fazenda n.º 73, de 11 de Outubro de 1918. Desaparecem da lei da receita muitos favores ao carvão nacional, porque no ano passado foram promulgadas leis especiais a respeito. Assim mesmo ficam isentos de

direitos de importação e do expediente os machinismos destinados à exploração, beneficiamento e briquetagem de carvão nacional e os machinismos e aparelhos para a utilização dos subprodutos. Há medidas especiais contra os comérciantes que vendem produtos nacionais como extrangeiro. Os electrodes e as chapas de ferro estanhadas, chumbadas, zincadas, galvanizadas ou pretas, que se destinarem ao fabrico dos tambores para o acondicionamento do carbureto de calcio de produção nacional, continuarião a pagar 8 % do seu valor. Quando acondicionadas em recipientes de louça ou vidro, as conservas alimentícias pagam o imposto de consumo pelo peso líquido legal, fixada em 30 % do peso bruto a taxa do envoltório externo. Ficam isentos dos impostos de importação e de expediente os aparelhos destinados ao fabrico, destilagem e refinaria de óleos vegetais. Pagam apenas 8 % ad valorem os machinismos e pertences de primeira instalação, importados por indivíduos ou empresas que se propõem desenvolver as aplicações do algodão e de fibras animais e vegetais no fabrico de linha de carretel e retrozes ou a utilizar os mesmos produtos e os de coco, babassu em indústria ainda não explorada ou em congeneres no país e para as indústrias de óleos vegetais e minerais extraídas de produtos nacionais. Nas disposições de ordem fiscal há algumas com tendências protecionistas.

Ha também disposições tendentes a proteger a educação e o progresso e fomento material e moral. Os papéis para jornais entrará livre de direitos. As chapas para cobertura de carros e vagões pagam a taxa de 150 réis o kilo, razão de 20 %. O Presidente da República é autorizado a conceder isenção de direitos a empresas que se propuserem construir várias linhas de tramways no interior, a reduzir as taxas terminais dos telegraphos, a conceder passagens com abatimento de 50 % na Estrada Central aos professores e alunos das escolas municipais, a isentar de direitos vários medicamentos. Ficam também isentas de direitos as embarcações esportivas, o material para construção de templos, o material para as primeiras instalações públicas de luz, força, viagem urbana e calçamentos; terá abatimento de 90 % o imposto de importação dos materiais destinados à construção de um hospital e um hospital em Manaus; é concedida franquia postal à Diretoria do Congresso Geográfico a reunir-se em Belo Horizonte, à Liga da Defesa Nacional e à Revista do Supremo Tribunal. Fica isento dos pagamentos de taxas alfandegárias o material esportivo (o organismo diz desportivo) importado diretamente pelas sociedades de futebol e remo. Fica também isento de direitos de terários, políticos e artísticos.

Assim, o Presidente da República é autorizado, como vós leis anteriores, a isentar de direitos aduaneiros, de que trata o regulamento que baixou com o decreto n.º 8.692, de 8 de Março de 1911, as frutas frescas de procedência argentina e as produzidas nos países americanos que ofereçam vantagens tributárias à importação, em seus territórios, de produtos brasileiros e cuja entrada o Governo permitisse independentemente de quaisquer outras taxas. Igualmente o Governo fica autorizado a adoptar uma tarifa diferencial para um ou mais generos de produção extrangeira, podendo a redu-

ção ir até o limite de 26 %. Limite que para a farinha de trigo poderá ir até 30 %. desde que tais reduções sejam compensadoras de condições feitas a gêneros de produção brasileira, especialmente a borracha e o fumo. As máquinas próprias para torrar e moer café, quando importadas de países onde o café brasileiro tem livre entrada, assim como as destinadas ao preparo das fibras nacionais e fabricação de corda, são equipadas às máquinas agrícolas. Como defesa eventual ao consumidor, o Congresso mantiém a autorização ao Governo para modificar a taxa de impostos de importação, indo mesmo até permitir a entrada livre de direitos durante certo prazo para os artigos de procedência extrangeira que possam competir com os similares nacionais, desde que estes sejam produzidos ou negociados por trusts. As taxas aduaneiras actualmente cobradas sobre o bacalhau, banha, kerosene e xarque ficam reduzidas de 15 %.

17º — A NOVA POLÍTICA DO MINISTÉRIO  
DA FAZENDA

Os esforços das classes produtoras e comerciais para auxiliar e informar os poderes públicos no encaminhamento de soluções que a situação anormal do mundo velo criando encontrou a princípio dificuldades na orientação da pasta da Fazenda. A alta superior tendência do Sr. Presidente da República não era suficiente para tudo reparar e modificar.

Por isso, o Sr. Antônio Carlos, quando em Setembro entrou para o Ministério, teve de dar nova feição à política da Fazenda. Começou de facto, visitando a Associação Commercial, a Liga do Commercio, o Centro Industrial e a Sociedade Nacional da Agricultura, mostrando logo como era conveniente e proposta o seu intuito de aproximar a política do Governo das associações que representam as grandes classes conservadoras e produtoras.

O mundo atravessa a crise maior da história. As correntes commerciais tendem a outros rumos e tudo se prepara para novos delineamentos e intercambios.

Os grandes problemas económicos e financeiros exigem soluções rápidas e imediatas, porque os acontecimentos se precipitam no tumulto da guerra.

O Brasil convalescia de uma grave crise económica e financeira, quando a conflagração europeia velo tudo modificar e perturbar. O país reagiu, e, graças ao esforço anônomo do trabalho nacional, ao espírito ponderado e à solidariedade das nossas classes produtoras e do comércio, as maiores dificuldades foram removidas e o Governo pôde trazer poucos liquidando compromissos, cujo abandono prejudicaria grandemente o movimento natural dos negócios.

Tivemos de modificar as concepções que vinham dirigindo a nossa vida económica e financeira. O preparo e o apparelhamento técnico do paiz foram estimulados por grandes saques sobre o futuro e a imigracão de capitais europeus servio de lastro a todos os emprehendimentos.

A guerra determinou novas condições e, diante da situação que se desenhava, ou tínhamos de reagir, fomentando o intercambio interior e exportando novas classes de produtos, ou tudo paralisar e entorpecer. Reagimos. As classes conservadoras compreenderam a situação excepcional que atravessava o mundo e o Brasil e foram criando, nas suas antigas e tradicionaes associações e em novas ligas e gremios, o espírito necessário para conduzir a adaptação que o momento aconselhava.

Todos os problemas, que as novas condições económicas e financeiras, formaram, foram discutidos com seriedade e boa vontade e nas associações de comerciantes, lavradores e industriais as soluções propostas visaram sempre conciliar o interesse das classes que representam e que é afinal o interesse da economia nacional,

com a justa preocupação do Governo em resolver as dificuldades financeiras que herdara de um período de megalomania e de desperdício e que previaçao liquidar para normalizar o serviço da dívida e honrar a palavra do paiz.

Na Associação Commercial, na Sociedade Nacional da Agricultura, no Centro Industrial, na Liga do Commercio e nas outras sociedades que se formaram com fim especial, nasceu um espírito novo que o Sr. Antônio Carlos, sentiu e comprehendeu e que agora quer com razão aproveitar para o bem do paiz. A gravidade da crise despertou a consciencia das classes produtoras, que começaram a fazer política, não a política dos políticos profissionais, a politiquices dos chefeis eleitorais, mas a verdadeira política de discussão e solução dos grandes problemas económicos e financeiros. Foi uma corrente de opinião salutar, que por mais uma vez em evidencia a conexão necessaria entre a economia nacional e as finanças publicas.

A influencia que a acção da Associação Commercial, do Centro Industrial, da Sociedade Nacional da Agricultura e da Liga do Commercio e de outras associações congêneres vem exercendo na systematização da produção nacional, na orientação de todas as classes que trabalham e produzem, tem sido grande e beneficia; e as preocupações de classe nunca afastaram de suas representações e sugestões a noção do supremo esforço nacional.

O interesse nacional provém, afinal, da harmonização dos interesses das diversas classes, e os órgãos legítimos dessas classes são, portanto, interpretos naturais das necessidades do paiz e, por isso, o verdadeiro estadista não deve desprezar ou recusar as suas reclamações ou reivindicações e precisa aceitar, num dado momento, a sua contribuição valiosa na solução dos problemas de occasião.

O Sr. Antônio Carlos creou uma política nova e salutar na pasta da Fazenda, procurando o contacto das grandes associações que são órgãos das principais classes conservadoras do paiz. Visitando, discutindo nas sedes das associações, trocando idéas com os seus directores, respondendo, as moções significativas com ofícios cheios de bom senso prático e de noção exacta das necessidades do momento. S. Ex. abriu perspectivas novas para uma cooperação que só será benéfica ao progresso económico do Brasil.

A situação actual do mundo exige para os problemas que se apresentam soluções imediatas e promptas. Não ha mais tempo para estudos demorados e adiamento de alvures, porque tudo val-s modifica e remodelando ao influxo de formidáveis acontecimentos históricos.

Para agir nessa época excepcional precisa, portanto, o estadista, mais do que em outro qualquer momento, de estar em contacto com os legítimos órgãos das classes que representam a fortuna publica e a produção do paiz. O Sr. Antônio Carlos inauguro essa política, mostrando assim

que ouvirá sempre os que lidam de perto com os que trabalham e que a sua orientação se moldará sempre pelo interesse do Brasil, que é o interess de sua produção e do seu comércio.

Os Ministros da Fazenda estiveram até agora alheios e hostis ao esforço que as associações das classes conservadoras desenvolvem para systematizar e facilitar a solução dos problemas económicos e financeiros. O Sr. Antônio Carlos faz política nova, iniciando comunicações diretas entre o comércio, a indústria, a lavoura e os poderes públicos.

18º CONDIÇÕES ECONOMICAS EM 1917

A deficiencia de tonelagem, a alta de combustivel, a carestia dos fretos, o aumento dos impostos, das taxas de seguros e a gradual elevação do custo da vida criaram para o comércio uma porção de dificuldades.

O proverbial honestidade das nossas praças resistiu, porém, a esses embates; soube-se adaptar com habil intelligence às circunstâncias, aproveitou e canalizou as correntes novas que se formavam e assim em pouco tempo a vida comercial renasceu, o numero de fábricas e condáutias decaeu, o capital de novas sociedades comerciais aumentou de 1916 para 1917 e, apesar de todos os desequilíbrios provocados pela guerra e pela crise de transporte, a situação tendeu para uma relativa normalidade.

As industrias aumentaram de produção; as industrias criaram novos modelos e as produções se multiplicaram. As novas correntes comerciais formaram outros movimentos financeiros e em relação ao estado actual do mundo e do paiz, que é ainda de convalescência, as condições gerais não foram más, excluindo, já se vê a crise dos nossos principais artigos de exportação.

Apesar dessa crise, não houve desequilíbrios profundos. O auxílio do Estado contempoz o negocio do café e as condições económicas em 1917 não foram assim inferiores ás do anno anterior.

Confrontando as estatísticas referentes a diversas manifestações da actividade do paiz em 1917, notiam-se por toda a parte salutares symptomas de esperanças e progresso.

O movimento bancário aumentou; as diversas rubricas dos balancetes dos nossos establecimentos bancários demonstram que no correr do anno de 1917 e nos principios deste as calxas se reforçaram, os depósitos cresceram.

O capital das sociedades comerciais constituiu durante o anno foi maior do que o dos annos imediatamente precedentes, e se a formação de novas companhias fica aquém das estatísticas de exercícios anteriores, totalidade dos dividendos distribuídos revela prosperidade incontestável dos diversos ramos da industria manufatureira.

As entradas das Caixas Económicas foram também outro phemoneno animador, registrado em 1917. A grande crise de 1913 provocou um

retirabimento, que a falta de capitais circulantes explicou. O numero e o valor das retiradas subiram e as entradas enigueram. Depois, pouco a pouco, a reacção veio se fazendo: em 1916, o equilíbrio foi mais ou menos restabelecido e em 1917 a quantidade e o numero de entradas superaram à quantidade e o numero de retiradas. Isso demonstra que ha maiores disponibilidades entre os pequenos empregados, entre os operários e os capitalistas modestos.

Nos próprios países belligerantes da Europa, nota-se movimento igual. E' que a guerra proporcionou salários altos nas fábricas e nas minas, e tanto a carestia da vida não inutiliza a proporção da elevação das tabelas, que os depósitos nas Caixas Económicas aumentaram, revelando saldos nos organismos dos trabalhadores e pequenos empregados.

O mesmo se deu no Brasil, por motivos e causas diferentes.

Ha assim disponibilidades, pequenas, e certas, mas muito maiores do que as dos outros annos do quinquenio.

As Caixas Económicas poderiam ter sido um elemento de distriuição de crédito, aproveitando os próprios recursos formados pelo povo. A legislação, que vem dos meados do escuro passado, foi feita, porém, sob concepção diversa e assim tudo tem sido subordinado a um criterio de restituir o que o pobre quer guardar. As entradas passam a receipto do Estado; as retiradas são inscriptas como despesa.

O Governo de S. Paulo organizou as suas Caixas Económicas sob outros princípios. As Caixas Económicas vão acumular capitais para fecundar o movimento económico das proprias regiões a que servem. E' uma experiência cujos resultados devemos esperar com sympathia.

As Caixas Federaes precisam de uma reforma. Essa reforma não pode ser feita de um momento para outro, porque a totalidade dos depósitos ultrapassa os 200 mil contos.

O periodo de transição entre a confusão com os serviços do Tesouro e a independência é de tão difícil regulamentação, que só depois de largos estudos e varias experiências podemos recomendar qualquer tentativa de remoção. Em principio, porém, o regimen actual não merece apoio.

O agravamento das transacções bancarias em 1917 foi muito significativo. Segundo os dados da Parte Commercial do Jornal, em Janeiro, o dinheiro em caixa nos diversos bancos do Rio de Janeiro montava em 182.748.914\$045, quando era ainda recente o influxo dos adiantamentos feitos pelo Governo Federal; em Junho, a rubrica accusava 114.220.453\$214; mas em Dezembro, naturalmente, pelo proprio curso dos negócios, o total se elevou a 184.221.818\$914.

As letras e títulos descontados que em Janeiro importavam em 166.018.850\$627, em Dezembro subiram a 143.642.118\$568. As letras e efeitos a receber e para obriar passaram de 120.700.0.348\$ a 115.629.989\$615.

As contas correntes diversas e empréstimos mostraram o desenvolvimento das disponibilidades. Somaram 157.214.366\$268 em Janeiro, e 184.827.468\$880 em Dezembro.

Os depósitos a prazo e diversos, que eram de 46.066.205\$465 em Janeiro, subiram a réis 55.338.660\$622 em Dezembro.

Os preços extremos das apólices estiveram entre 780\$ a 705\$ em Janeiro, e subiram a 820\$ e 840\$ em Dezembro. Só em 1913 e 1914 e daí para trás houve cotações mais altas nas médias. Depois da crise de 1913, provocada também pelas saturações dos mercados, não tivemos preços tão altos.

As apólices de 1903 estiveram um pouco mais baixas do que nos anos imediatamente anteriores.

No Novembro de 1916, o activo de todos os bancos do Brasil, era de 3.944.850.000\$; em Novembro de 1917 era de 4.625.361.000\$000.

As letras descontadas montavam a réis 304.078.000\$ em Novembro de 1916; subiram a 389.028.000\$ em 1917. As letras a receber accusavam um total de 319.717.000\$ em 1916 e de 361.969.000\$ em 1917. Os empréstimos em conta corrente, que aparecem nas rubricas das estatísticas de Novembro de 1916 com réis 447.407.000\$, apresentavam um ano depois um total de 546.949.000\$000.

A caixa em moeda corrente, que em 1916 accusava 344.582.000\$, em 1917 registrava réis 362.635.000\$000.

Pode-se dizer, portanto, que o país está mais desafogado e que já ha mais disponibilidades e recursos, apesar da crise dos nossos principais artigos de exportação.

A produção das fábricas aumentou e de tal forma que, no consumo de artigos similares aos do seu fabrico, superaram em quantidade aos que tivemos de importar.

#### 19º — CREDITO AGRÍCOLA

Os que estudam as questões agrárias e comerciais accentuaram no correr do anno a propaganda a favor do crédito agrícola.

Nas associações da lavoura e do comércio tratou-se muito do assunto.

No Congresso diversos altires apareceram e o Senado chegou a exortar nos orçamentos uma emenda criando um banco central de crédito agrícola.

Compreendeu-se, afinal, de acordo com o verdadeiro critério econômico e o bom senso, que não seria conveniente precipitar soluções que iam ocasionar prejuízos maiores. O Governo Federal forneceu 150.000 contos ao Governo paulista para amparar o café e fez com que o Banco do Brasil auxiliasse as pragas do Pará e Amazonas com 15 mil contos, afim de aliviar as dificuldades oriundas da falta de transporte para a borracha. Isso não é bem o crédito agrícola; mas é uma intervenção decorrente da dívida.

ciencia do crédito agrícola. Nas circunstâncias actuais não se poderia proceder de outro modo.

Para amparar a lavoura em geral, de acordo com o Governo, o Congresso, rejeitando a emenda criando o Banco Central de Crédito Agrícola, autorizou ao Executivo a auxiliar os agricultores pela distribuição de crédito até vinte mil contos por intermédio do Banco do Brasil. No despacho de 15 de Janeiro de 1918, o Sr. Presidente da República, de acordo com os Srs. Ministros da Fazenda e da Agricultura, determinou se iniciasse o mais cedo possível o auxílio à agricultura por meio do crédito fornecido pelo nosso principal estabelecimento de crédito.

A nossa agricultura sofreu muito por falta de crédito.

Lavradores, cheios de boa vontade, possuidores de vastas terras, são obrigados muitas vezes a abandonar projectos de romanescas plantações por não terem à disposição elementos de crédito necessários para os primeiros trabalhos.

O crédito rural, para ser completo, exige uma gama de aparelhos de distribuição e concentração.

O Governo federal norte-americano, para intensificar a produção, teve necessidade, apesar da organização já existente, de auxiliar os bancos regionais e de auxiliar e ligar todo o sistema de crédito rural.

Uma lei de Setembro criou, nos Estados Unidos, os Bancos Federais Territoriais, cujo objectivo exclusivo é expedir «bonus» especiais agrícolas, cujo produto será integralmente destinado a empréstimos aos pequenos agricultores com o juro de 5 por cento e com todas as facilidades.

No primeiro momento o público absorveu apenas 30.000.000 de dollars de «bonus», mas o Governo Federal espera obter em pouco tempo 100.300.000 de dollars.

Até 30 de Setembro do anno passado o numero de empréstimos solicitados pelos agricultores atingiu a 34.310.082 dollars, correspondendo a maior parte a Nova Orleans, cujas excepcionais condições de agricultura, principalmente quanto ao algodão e à canna de açúcar, dão-lhe preferência nos auxílios que estão sendo distribuídos.

O comité dos bancos agrícolas já tinha aprovado cerca de metade dos empréstimos solicitados.

O funcionamento dos novos bancos se baseia principalmente na faculdade de emitir «bonus» agrícolas hypothecários em uma quantia que vai de 100.000.000 a 150.000.000 de dollars, afim de distribuir fundos para ajudar os pequenos cultivadores.

Os «bonus» dão um juro de 4 1/2 por cento anual, estão isentos de impostos federais e locais, com exceção dos de sucessão e da renda. Como os empréstimos são uniformemente feitos a 5 por cento, fica para os bancos um lucro li-

quido de 1/2 por cento, que se destina à sua manutenção.

Os títulos que os bancos emitem devem ser hypothecados, tendo como garantia fundamental o que se apurar no recenseamento como propriedade territorial na zona em que os estabelecimentos vão funcionar. Esta clausula legal é de grande importância para o público, cujas economias se empregam na aquisição desses «bonus», porque elas estão assim perfeitamente garantidas. Por outro lado, essa garantia oferece dificuldades: a verificação da avaliação e a apresentação de legítimos títulos de propriedade da parte dos agricultores.

Para diminuir esses inconvenientes, o comité dos bancos territoriais resolveu instituir um registro de documentos, segundo o qual bastará uma informação testemunhal autêntica e de honorabilidade notaria para que o certificado possa ser considerado como prova suficiente de propriedade.

Segundo as disposições da lei que regem o funcionamento dos novos bancos agrícolas, o prazo dos empréstimos deve ser de um anno, porque as sommas que se adiantam aos agricultores têm por fim exclusivo os auxílios no plantio, semental e na colheita. Apesar disso, a mesa directora de cada banco pode prorrogar o prazo dos empréstimos, depois de um imparcial inquérito das condições das culturas em questão.

O agricultor que pagar o seu empréstimo no fim de um anno terá maiores facilidades para obter outros e em casos especiais poderá então conseguir fundos para obra de adaptação, irrigação, aquisição de máquinas, sendo concedido um regimen de anualidades sucessivas.

Os novos estabelecimentos de crédito hypothecário territorial estão distribuídos nas doze cidades seguintes: Springfield, no Estado de Illinois; Baltimore, no de Maryland; Colombia, Ohio; Louisville, no Kentucky; Nova Orleans, na Luisiana; Saint Louis, no Missouri; São Paulo, no Minnesota; Omaha, no Nebraska; Wichita, no Texas; Houston, no mesmo Estado; Berkley, na Califórnia, e Spokane, no de Washington, repartidos em distritos bancários, cujos rendimentos devem ser mais seguros e cujas necessidades devem ser maiores.

Todos os países europeus e americanos, que já tenham uma vasta organização, tratam agora de desdobrar seus serviços, intervindo os governos por todos os modos.

O Banco da Nación fornece facilmente na Argentina fundos aos agricultores. Mas é preciso não esquecer que o Banco da Nación tem na capital e nas províncias 176 agências, e um capital de 124.000.000 de pesos papel e tinha em depósito em Outubro do anno passado 3.791.827 pesos ouro e 719.329. pesos ouro. Só ao governo nacional argentino já emprestou nestes últimos anos de crise 600.000.000 de pesos!

Mas a Argentina inicia também a grande obra; o seu aparelho é deficiente; os recursos

de seu principal banco é que são maiores e permitem, portanto, que a sua intervenção seja feita em larga escala.

Os organismos complexos dos Estados Unidos, da Alemanha, da Dinamarca, da Holanda, de certa região da França, da Inglaterra, da Australasia é que são o ideal no assumpto.

Mas no Brasil não podemos tratar ainda da ação imediata de organismos assim complexos. Precisamos estudar o assumpto, fazer experiências, estimular a iniciativa privada. Nos Estados Unidos, os membros do Comitê de Defesa Nacional e os dos Bancos Territoriais realizam «meetings», procuram congregar sociedades e forças para desenvolver o crédito agrícola. Vão viajando pelo interior, falando e reunindo elementos para formação de cooperativas e bancos.

No Brasil, pode-se dizer que ainda está tudo por fazer. Ha um outro banco regional; uma ou outra caixa agrícola, uma ou outra cooperativa. Mas sob um ponto de vista geral o que ha é tão pouco que não ha exagero em afirmar que ainda não temos nada.

Assim, não seria possível formar de um só impulso um sistema complexo que em outros países, com outra riqueza e outra organização, tanto anos de esforços precisou, mas que assim mesmo exige contínuos aperfeiçoamentos.

Necessitamos de ensino, de experiência.

Por isso, convém que aproveitemos os exemplos já existentes e que os saibamos formar com os elementos de crédito de que a agricultura tanto carece. A solução de incumbir o Banco do Brasil dessa tarefa foi a melhor e a única viável e realizável nas actuais circunstâncias. O Banco está sendo dirigido com competência e austeridade e o Sr. Homero Baptista e seus companheiros de diretoria têm sabido ampliar com proveito para o país os serviços do nosso principal estabelecimento de crédito, cuja agência tem auxiliado o renascimento económico de muitas regiões brasileiras.

Assim, o crédito rural, entregue à superintendência do Sr. Dr. Homero Baptista, é uma garantia de rectidão, respeito aos verdadeiros recursos e idoneidade dos pretendentes. E só isso será o melhor argumento em defesa da solução.

Mas há outros, de ordem geral. É que o Banco já tem os serviços organizados, garante assim a execução, o éxito das perações.

Ficou resolvido que o Banco dispusesse de 20 mil contos para empréstimos aos agricultores, que serão feitos à vista dos conhecimentos de produtos agrícolas, warrants, redesconto de títulos e sobre promissórios devidamente emitidos pelos agricultores. Os estatutos do Banco exigem, porém, a garantia de duas firmas comerciais para as promissórias e o prazo de seis meses.

Certo, a quantia a empregar no crédito agrícola é insignificante. Para a vastidão do Brasil

a importância é tão pequena que se pode dizer que não terá o menor efeito económico e geral. Auxiliaria lavradores e não a lavoura. Temos, porém, a experiência de antigas tentativas de largas aspirações e que fracassaram desgraçadamente. Certo, a exigência de avalistas é penosa e difícil para os agricultores e a estreiteza do prazo é de tal forma, que tira aos empréstimos o verdadeiro carácter do crédito agrícola, porque não dá margem para o agricultor obter da aplicação dos capitais emprestados os resultados que deseja. Ao demais, o limite do empréstimo a 5.000\$ reduz as possibilidades. Mas isso tudo resulta dos estatutos do Banco e o limite dos empréstimos provém da necessidade de espalhar o mais possível, dividir por maior número e entre os mais modestos os benefícios da intervenção.

O auxílio servirá, portanto, a alguns, dará experiência, confiança e irá indicando a necessidade da criação de uma carteira agrícola no Banco do Brasil. Para que o Banco possa exercer, porém, em toda a sua amplitude essa função é necessário que tenha os elementos que caracterizam todos os grandes estabelecimentos centrais dos países civilizados.

O que se resolveu fazer em 1917 não deixou assim de ser útil. Foi um inicio auspicioso, que attendeu às contingências do milho e se apoia em base sólida. Não havia recursos para obra mais ampla; mas nem por isso o esforço modesto perdeu a sua utilidade.

E' de esperar que se saiba aproveitar das circunstâncias, criando com a remodelação do Banco um órgão de propulsão, capaz de desenvolvimentos, evitando assim os erros antigos de auxílios esporádicos, passageiros e contraproducentes.

#### 20º — O PROBLEMA DE AMPARO À PRODUÇÃO

A guerra, deslocando as correntes comerciais, criou novos problemas de produção e exportação. A situação do mundo está mostrando que não há mais lugar para os povos desprotegidos e inconvenientes e que é preciso agir, organizar, robustecer a população, enriquecer o país para não ser vítima das emboscadas gananciosas, dos imperialismos presentes e futuros,

Só a independência económica dá os elementos para a completa e perfeita organização comercial. Para isso é necessário attender a circunstâncias históricas e não deixar passar as oportunidades.

O Brasil, para prosperar, carece de crédito fácil, de viagem e ensino. O crédito em todas as suas modalidades, a viagem, desde a navegação marítima e fluvial e dos caminhos de ferro, as estradas de rodagem e os caminhos vicinais. O ensino, desde das generalidades universitárias, desde da instrução profissional superior ao adextramento manual, à assistência, à distribuição

de noções pelos homens dos campos, à educação elementar.

A guerra abriu perspectivas novas. NÃO soubemos em tempo, imediatamente, acudir a novas necessidades. O país reagiu sólido, o homem do interior, anonymous e desprezado, trabalhou, produziu mais e sem auxílio do Estado e da elite, começou a reparar a crise que os outros tinham fomentado. O comércio recebeu todos os choques de desequilíbrio provocados pela depreciação dos nossos principais produtos de exportação, pela megalomania interessada de uma administração que passou e com sua proverbial honestidade, sem sacrifícios inauditos, suportando onus cada vez maiores, lutando com embargos de vlagão e falta de praga, conseguiu construir as novas correntes comerciais que impediram que a crise dos nossos artigos primordiais redundasse numa catastrophe para o país.

Os Poderes Públicos fizeram pouco e pouco compreendendo dever de intervir para proteger, estimular, amparar, melhorar a produção do país. O Ministério da Agricultura é o centro natural do fomento das novas fontes de riqueza,

O Ministério da Natureza é da natureza que se resolveu fazer em 1917 não deixou assim de ser útil. Foi um inicio auspicioso, que attendeu às contingências do milho e se apoia em base sólida. Não havia recursos para obra mais ampla; mas nem por isso o esforço modesto perdeu a sua utilidade.

E' de esperar que se saiba aproveitar das circunstâncias, criando com a remodelação do Banco um órgão de propulsão, capaz de desenvolvimentos, evitando assim os erros antigos de auxílios esporádicos, passageiros e contraproducentes.

A situação está aconselhando uma ação eficaz para canalizar, aproveitar o que o trabalho anonymous começará a indicar.

O Sr. Pereira Lima começou a trabalhar. De acordo com o Sr. Presidente da República, dentro de autorizações legislativas e das verbas diminutas de que dispõe, em pouco tempo esbanhou medidas de utilidade e de estímulo. Fez do delegado do Governo Junto ao Comitê de Produção Nacional o centralizador de um serviço de propaganda, de distribuição de sementes e de conselhos. Cuidou, assim, prometendo e garantindo o preço mínimo, do desenvolvimento da cultura do feijão, do milho, do arroz. Creou um serviço de propaganda e distribuição de sementes de trigo e fez tudo de tal forma que espera que a futura safra já compense o esforço e inicie um movimento que será de secundadas vantagens para a economia nacional. Estabeleceu prêmios novos de estímulo para a criação de suínos e caprinos e mostrou como temos recursos para desenvolver esse ramo pastoril que nos pode fornecer muitos elementos de riqueza nova. Protegeu a plantação de eucalyptus, determinando prêmios e vantagens para os seus plantadores. Obteve o transporte gratuito, nas estradas e navios da União, de reprodutoras, sementes e instrumentos agrícolas. Transferiu para Niterói, aproveitando um hotel inteligente oferecido pelo Sr. Presidente do Estado do Rio de Janeiro, a Escola Superior de Agricultura e Veterinária, que em Pinheiros adormecia, degolava e se atrofia.

Isto tudo prova que o saldo real do nosso comércio exterior é muito menor do que as estatísticas consignam. ora, esse saldo nominal seria, no caso que fosse real, insuficiente para acudir às nossas necessidades no exterior.

O déficit da nossa conta está facilitando também a emigração da prata amodada, que vai desaparecendo do mercado. A prata está sendo altamente cotada em todo o mundo.

O Sr. Pereira Lima não se descuidou do ensino agrícola. Deu outro desenvolvimento às Escolas de Artes e Ofícios. Compreendeu que, num país em que a lavoura sempre se queixa da falta de mão de obra, o que faltava de facto era principalmente o trabalhador inteligente e preparado. Assim resolviu criar no Campo de Demonstrações de Deodoro um patronato para menores; resolviu estabelecer em Pinheiros um instituto com o mesmo fim e mais vastas proporções e autorizou a todos os núcleos coloniais, postos zootécnicos e campos de experimentação a recolhimento de um dado número de alunos, internos e gratuitos. Assim esse ensino agrícola será também uma obra de assistência, uma assistência moderna que substituirá a sociedade elementos saudáveis de trabalho.

Os menores, desamparados ou pobres, encontrando assim estabelecimentos que os acolhem, darão com o tempo o salário proporcional ao seu trabalho. E o país terá novos trabalhadores agrícolas, aparelhados com os conhecimentos indispensáveis.

O Sr. Pereira Lima poderá assim dar assistência, ensino elementar, preparo e capacitação técnica a mais de 2.000 rapazes. É uma obra utilíssima e que se irá desenvolvendo e que prestará grandes serviços à renovação do trabalho agrícola no Brasil.

#### 21º — O SALDO DA EXPORTAÇÃO

O saldo que conseguimos no comércio de exportação é a expressão de um trabalho formidável, que prova a energia da nossa raza, mas é assim mesmo muito menor do que em outras circunstâncias poderíamos obter. Ao demais, é preciso manter ilusão quanto ao saldo das estatísticas de exportação e importação. Desse saldo ha a deduzir muita coisa.

Parte dela cai nas mãos das empresas de transportes e de seguros e outra parte ainda serve para pagar juros de capitais particulares e outras despesas no exterior, além das dívidas públicas, cujo movimento é visível e cujos recursos transportados ou compensado conhecemos suficientemente bem.

Há ainda a considerar uma circunstância especial: muitas empresas norte-americanas estão comprando café e outros produtos que vendem na grande República do Norte para com o produto dessa venda regularizar o seu serviço de ações e debentures. Assim, a exportação dessas mercadorias, não corresponde saldo de ouro.

Isto tudo prova que o saldo real do nosso comércio exterior é muito menor do que as estatísticas consignam. ora, esse saldo nominal seria, no caso que fosse real, insuficiente para acudir às nossas necessidades no exterior.

O déficit da nossa conta está facilitando também a emigração da prata amodada, que vai desaparecendo do mercado. A prata está sendo altamente cotada em todo o mundo.

As nações em guerra estão pagando as suas tropas, que operam em países aliados, em prata, porque retêm nos seus grandes bancos todo o ouro que possuem. Ha assim maior necessidade de prata e o precioso metal branco vai tendo maior procura. Ao demais, a nossa moeda de prata tem agora — ainda mais do que quando foi criada — valor intrínseco superior ao seu valor oficial e as abundantes emissões de papel-moeda contribuiram para accentuar ainda mais essa relação de valores.

Assim a situação econômica apresenta aspectos interessantes e dignos de um estudo logicamente encadeado para as soluções necessárias. O que as estatísticas demonstram é que o preço médio por unidade da nossa exportação diminuiu em relação aos nossos artigos e principais produtos, mas que quanto aos produtos novos, aos produtos que a guerra vai valorizando, a alta é evidente e pronunciada. A conclusão a tirar é, portanto, que, protegendo, amparando, garantindo e procurando novo mercado para os nossos artigos, que ainda são a base da nossa exportação (café, borracha, maté), precisamos multiplicar as culturas e intensificar principalmente a produção dos artigos que tendem para alta, cereais, azeite, óleo, frutas para óleo, produtos e subprodutos da pecuária, minérios, madeiras. A recomendação do Sr. Presidente da República foi, portanto, muito oportuna. Cumple, porém,

CIB - BIBLIOTECA  
— 30 —  
ESTRUTURA FÍSICA

agir no sentido de facilitar essa produção que já vai aumentando em virtude do próprio custo da alta dos preços.

O nosso agricultor do interior lutou sempre com as dificuldades de transporte e com os fretes, que absorvem o preço de seus produtos. Assim, as nossas condições sociais criaram em muitas zonas do país a seguinte situação, aparentemente paradoxal: o lavrador não planta tanto quanto desejava, porque não tem elementos para poder chegar a sua safra ao mercado consumidor. Se a alta compensa a despesa de transporte e, por isso, a alta dos cereais desperta o nosso homem do interior, que vai produzindo cada vez mais, num movimento salutar que nos deve encher de confiança na capacidade de trabalho da nossa gente. Por todo o país multiplicam-se as culturas. Ora, como não é possível compreender como ideal a alta dos gêneros de primeira necessidade, convém tratar da facilidade de sua veiculação; só assim poderá chegar a preços modicos aos mercados consumidores, sem prejuízo para o produtor. É preciso cuidar, portanto, da construção de caminhos vicinais, interessando Estados e Municípios na solução desse grande problema nacional. Ao mesmo tempo, é necessário desenvolver o serviço de informações aos lavradores e auxiliar a Sociedade Nacional de Agricultura, que tanto já tem feito, sem ter merecido a devida propagação o amparo oficial.

Ao discutir a questão dos preços, nunca é demais repetir que, na actual situação do mundo, a cotação dos gêneros de primeira necessidade no Brasil não é exagerada; ao contrário, na maior parte dos artigos, os nossos preços são inferiores aos da Europa, dos Estados Unidos, da Argentina, do Uruguai, e em tchuchum é permanentemente superior ou mesmo equivalente. Precizamos, entretanto, produzir mais, com mais ampla facilidade, afim de atender às necessidades dos mercados internos e dos nossos aliados. É um dever contribuir, na actual situação do mundo, para o abastecimento das nações que lutam contra o pan-germanismo invasor, que pretendem avassalar a Europa e cobrigar, mesmo, extender seu domínio à América do Sul.

No Brasil as cogitações dessa ordem já interessavam os dirigentes, os intelectuais, as grandes associações das classes conservadoras, como a Associação Commercial, a Federação das Associações Comerciais do Brasil, o Centro Industrial, a Liga de Comércio, a Sociedade Nacional de Agricultura, etc. A guerra pode dar um aspecto ainda mais sistemático e efficiente a essa propaganda e a essa ação.

Os administradores de uma empresa calculam pelas responsabilidades que assumiram a receita que lhes é indispensável. Os países modernos, conscientes de sua ação, dirigem-se num campo muito mais amplo e complexo, com igual critério. A guerra obrigou as potências europeias a uma espécie de mercantilismo e os países novos precisam, por isso, mais do que há quatro anos atrás, conhecer e estimular com consideração a sua produção e o seu comércio. Quem estuda as responsabilidades do Brasil, país devedor, comprehende que, além da criação da riqueza para o seu próprio progresso interno, precisamos de saídos para regularizar o pagamento dos serviços externos sem desequilíbrio econômico.

A diretoria dessa política foi definida pelo Sr. Antonio Carlos, Ministro da Fazenda, no

sério da obtenção de uma frota que permita suavizar o que em geral pagamos de frete e que corresponda para a definitiva riqueza do país, a um novo imposto de exportação, que pesa sobre a nossa fortuna nacional.

As exigências da guerra vão desvendar de sua função comercial muitos navios que tomámos aos Allemandes. Mas, mesmo com essas circunstâncias imperiosas, poderemos continuar na diretriz que já foi tão magnificamente traçada e que vai sendo perfeitamente executada. Deveremos, porém, pensar também na construção naval, nos estaleiros. Assim, em pouco tempo, poderemos ter uma nova e formidável fonte de ouro. Os navios serão disputados a peso de ouro ainda muitos anos após a conclusão da paz.

As madeiras serão também muito valorizadas. Mas não é possível vender madeiras som sistema, porque isso amengaria a fortuna pública, desfazendo o país. É assumpto que também merece estudo especial.

No meio de tais inconvenientes inevitáveis e gloriosos, as guerras têm a vantagem salutar de fazer compreender os interesses supremos do país, dando sempre supremacia às causas nacionais e ao bem commun da collectividade.

Poderemos aproveitar as circunstâncias para expressar o nosso desenvolvimento natural.

Os países novos da América e da Oceania, antes da guerra, já estavam mais ou menos sendo administrados como grandes empresas commerciais. A opinião zelava pela produção e tratava a sério do equilíbrio económico. A guerra, inaugurando um novo mercantilismo, criou e exagerou na Europa preocupações idênticas.

No Brasil as cogitações dessa ordem já interessavam os dirigentes, os intelectuais, as grandes associações das classes conservadoras, como a Associação Commercial, a Federação das Associações Comerciais do Brasil, o Centro Industrial, a Liga de Comércio, a Sociedade Nacional de Agricultura, etc. A guerra pode dar um aspecto ainda mais sistemático e efficiente a essa propaganda e a essa ação.

Os administradores de uma empresa calculam pelas responsabilidades que assumiram a receita que lhes é indispensável. Os países modernos, conscientes de sua ação, dirigem-se num campo muito mais amplo e complexo, com igual critério. A guerra obrigou as potências europeias a uma espécie de mercantilismo e os países novos precisam, por isso, mais do que há quatro anos atrás, conhecer e estimular com consideração a sua produção e o seu comércio. Quem estuda as responsabilidades do Brasil, país devedor, comprehende que, além da criação da riqueza para o seu próprio progresso interno, precisamos de saídos para regularizar o pagamento dos serviços externos sem desequilíbrio econômico.

A diretoria dessa política foi definida pelo Sr. Antonio Carlos, Ministro da Fazenda, no

magnífico discurso que pronunciou na Sociedade Nacional de Agricultura: «produzir barato e muito bom, para alargar o consumo e exportar indefinidamente.»

#### 22º — A PROIBIÇÃO DA EXPORTAÇÃO DE OURO

Quando se declarou a guerra, todos os países trataram de ressalvar as suas reservas metálicas. Todos os povos beligerantes e neutros, proibiram, com pequena exceção, a exportação de metais preciosos, e procuraram por meio de empréstimos garantir o cambio e diminuir as possibilidades das remessas de ouro para o estrangeiro.

Países credores, como a Inglaterra e a França, assinaram convênios para assegurar a estabilidade senão o desenvolvimento de seu stock e abriram empréstimos nos Estados Unidos para não comprometer o seu equilíbrio cambial. Dos grandes empréstimos de guerra, haveriam sempre parte nos países aliados e neutros, afim de terem sempre no estrangeiro disponibilidades para satisfazer as suas despesas locais e assim não terem necessidade de remeter ouro. A República Argentina, não só prohibiu a exportação como estabeleceu depósitos nas legações, afim de garantir com esses depósitos as despesas que teve e tem de realizar no estrangeiro.

O Brasil, país produtor de ouro, foi o único a não tomar imediatas providências.

Ao passo que as potências beligerantes e neutras tudo faziam para reforçar os seus ouro, o Brasil se deixou ficar indiferente.

A prata amoedada desapareceu do mercado. O pouco que havia de ouro e que não estava garantido pelas notas da Caixa em poder do Governo e do Banco do Brasil emigrou também, portanto, em 1917.

A Alemanha, para uma reserva de ouro de 120.207.000 libras, tem uma circulação de 808.535.000, sendo 518.335.000 de notas do Reichsbank, 17.400.000 de notas do Tesouro e 272.800.000 de notas dos empréstimos. A relação na Alemanha é, portanto, de 14.9.

Em 1913, para os 11 bancos nacionais mencionados acima, havia uma reserva de ouro de 499.178.000 libras para uma circulação de notas de 771.489.000 (com uma relação de 64.7). Em Outubro de 1917, para uma reserva total de 738.440.000, havia uma circulação de libras 3.441.517.000, com uma relação de 21.8. Incluindo notas de Tesouraria teremos uma circulação de 3.838.904.000 contra uma reserva metálica de 764.940.000, com uma relação de 19.8.

	Ouro	Notas
Francia	110.696.000	221.542.000
Hollanda	12.624.000	26.058.000
Suecia	5.672.000	12.190.000
Noruega	2.682.000	5.933.000
Espanha	19.169.000	75.971.000
Suisa	8.798.000	12.653.000
Italia	48.596.000	70.577.000
Dinamarca	4.260.000	8.166.000
Russia	151.468.000	171.020.000
Alemanha	72.340.000	120.672.000

A proporção geral média era de 42.5.

Em Outubro de 1917 a relação entre a reserva metálica e a circulação de notas era a seguinte:

#### Ouro Votas

Francia	212.905.000	364.313.000
Hollanda	56.356.000	68.025.000
Suecia	11.637.000	26.375.000
Noruega	6.754.000	17.121.000
Espanha	77.675.000	108.495.000
Suisa	43.985.000	43.431.000
Italia	11.809.000	190.191.000
Dinamarca	10.684.000	16.881.000
Russia	29.200.000	1.539.752.000
Alemanha	20.207.000	518.207.000

A relação entre o ouro e a circulação baixou para 20.2.

O Banco da Inglaterra tinha em fins de 1913 uma reserva de ouro de 34.983.000 libras e uma circulação de notas de 29.807.000. Em Outubro de 1917 o stock de ouro era de libras 66.035.000 e as notas em circulação eram no valor de 41.639.000.

As notas divisionárias emitidas pelo Tesouro inglês montavam em fins de 1914 a 38.478.000 para uma reserva de ouro de libras 18.500.000 libras; em Outubro de 1917, para uma reserva de ouro de 23.500.000, a Thesouraria já emitira libras 184.187.000. Reunindo esse movimento ao do Banco da Inglaterra temos um stock de ouro de libras 24.538.000 para uma circulação de 225.328.000. A relação do ouro está, portanto, em 37.6.

A Alemanha, para uma reserva de ouro de 120.207.000 libras, tem uma circulação de 808.535.000, sendo 518.335.000 de notas do Reichsbank, 17.400.000 de notas do Tesouro e 272.800.000 de notas dos empréstimos. A relação na Alemanha é, portanto, de 14.9.

Em 1913, para os 11 bancos nacionais mencionados acima, havia uma reserva de ouro de 499.178.000 libras para uma circulação de notas de 771.489.000 (com uma relação de 64.7). Em Outubro de 1917, para uma reserva total de 738.440.000, havia uma circulação de libras 3.441.517.000, com uma relação de 21.8. Incluindo notas de Tesouraria teremos uma circulação de 3.838.904.000 contra uma reserva metálica de 764.940.000, com uma relação de 19.8.

O total das emissões bándarias e dos bándas da Europa, era em Outubro de 4.802.864.000 libras, acrescentando ao total dos onze países já especificados mais os seguintes: Áustria, 650.000.000 de libras de papel-moeda; Bélgica, 51.800.000; Grécia, 22.500.000 libras; Sérvia, 16.200.000; Portugal, 30.300.000; Turquia, 77.900.000; Bulgária, 9.900.000; Rússia, 58.700.000.

Segundo «The Statist», o New York Bank, «estima», tinha em Agosto de 1914 uma reserva metálica de 89.838.000 libras, para uma circulação de 8.316.000. Em 1º de Dez-

zembro de 1917 a reserva total era de libras 138.872.000 para uma circulação de 6.888.000.

Os Bancos de Reservas Federais dos Estados Unidos tinham em 9 de Novembro de 1917 uma reserva total de 125.550.000 libras para uma circulação de 188.502.000, com uma proporção, portanto, de 87.39%.

A 20 de Outubro de 1915 o Banco do Japão, para um encaixe de ouro de 21.158.000 libras, tinha uma circulação de notas no valor de 30.888.000.

A 20 de Outubro de 1917, para uma circulação de notas no valor de 61.071.000 libras, o encaixe de ouro do mesmo Banco era de 62.131.000 libras.

Segundo o último boletim do Departamento do Tesouro do Governo norte-americano, datado de 1 de Novembro, a circulação teve um aumento no valor de 104.881.844 dollars, durante o mês de Outubro, em todas as diversas formas e moeda que circulam no país. O aumento de Novembro de 1916 a Novembro de 1917 foi de 683.766.159 dollars.

O estoque geral do dinheiro nos Estados Unidos era então de dollars 5.768.711.575, dos quais 3.041.549.041 representavam ouro amocadado ou em barras, dollars 568.269.613 fortes, 209.864.245 moeda subsidiária de prata. Constituíam o resto notas dos Estados Unidos, da Reserva Federal, dos Bancos Federais de Reserva e do Banco Nacional.

No ano anterior o estoque era de dollars 4.780.273.487, tendo havido aumento principalmente nas reservas de ouro e nas notas da Reserva Federal.

Em Novembro, a Reserva Federal do Único guardava 197.638.851 dollars em ouro e, em prata, 25.998.789.

Os Bancos Federais de Reserva e as suas agências tinham em seu poder 801.717.840 dollars, dos quais 260.880.840 consistiam em certificados de ouro.

A circulação nas milhas do mundo, sem incluir as reservas do Estado e as reservas inamovíveis dos Bancos, era de 4.924.928.849 dollars, assim distribuída:

## Dólares

Ouro (inclusive barras não incluídas nas reservas).....	1.021.616.841
Certificados ouro.....	1.220.881.609
Dollars fortes.....	75.940.257
Certificados prata.....	475.449.471
Moeda subsidiária de prata.....	207.884.124
Notas dos Estados Unidos....	839.974.034
Notas das Reservas Federais.....	865.745.710
Bilhetes dos Bancos Federais de Reserva.....	12.911.103
Bilhetes dos Bancos Nacionais	701.605.506

Comparando com o ano anterior, o dinheiro em circulação aumentou de 683.766.159 dollars; no mês de Outubro aumentou de

104.000.000. Em relação a 1879, o aumento foi de 4.108.000.000.

A população dos Estados Unidos e possessões marítimas é calculada em 104.719.000 habitantes. Assim, a proporção do numerário de todas as espécies é de dollars 47.03 e per capita contra 41.18 no ano anterior, e de 16.90 há trinta e oito anos.

O Governo Federal já lançou em público, tanto em forma de títulos a longo prazo, como em certificados do Tesouro a curto prazo, a somma de 9.000.000.000 dollars.

O Brasil, finalmente, em 1917, resolveu intervir na defesa de seu ouro. A 16 de Janeiro de 1918 o Sr. Ministro da Fazenda assinou com a Companhia São João d'El Rey Gold Mining Morro Velho e The Ouro Preto Gold Mining (Passagem) o contrato pelo qual o Governo adquiriria toda a produção de ouro das duas principais empresas de extração aurífera do Brasil.

Esse contrato decorreu do acto pelo qual o Governo proibiu a exportação do ouro e de metais preciosos, medida que foi das primeiras que o Sr. Antônio Carlos tomou ao assumir a pasta da Fazenda.

Foi uma providência necessária e utilíssima. Se tivesse sido tomada há mais tempo, já nos teria proporcionado a acumulação de um encaixe metálico considerável — mesmo se fosse posta em prática logo depois da guerra e das providências idênticas dos outros países.

O Sr. Antônio Carlos, que vai dando ao Ministério da Fazenda orientação tão útil e segura, não quiz demorar mais essa providência que é indispensável em momentos anormais como o que atravessamos e que para nós outros representa ao demais a garantia do saneamento do nosso meio circulante.

Logo que a guerra rebentou, os países beligerantes declararam a proibição da exportação de ouro pelos particulares. Os principais países neutros da Europa tomaram precauções semelhantes.

Os Estados Unidos acabam de promulgar medida idêntica e o Japão restringiu ainda mais no correr do anno as exceções quanto às exportações de metais preciosos.

Uma lei argentina limitou e regularizou o movimento para o exterior dos metais preciosos, amocados ou não.

O Brasil, país produtor de ouro, não poderia ficar alheio a esse conjunto de providências que cada governo foi tomando na defesa de suas reservas metálicas e da valorização de sua circulação fiduciária.

Os países em guerra, para não exportar ouro, pagam em prata, quando o movimento cambial é deficitário, as suas tropas expedicionárias em territórios estrangeiros.

Assim, por toda a parte, os Estados procuram assegurar as suas reservas metálicas, como garantia do futuro, como equilíbrio cambial e como meio de saneamento do papel-moeda em circulação.

A exportação total de ouro nativo, no anno passado, foi de 4.368.770 grammas. Em 1914, essa exportação foi de 4.377.993, em 1915 de 4.564.523 e em 1916 de 4.050.824.

O valor em papel dessa exportação foi nos últimos quatro anos o seguinte:

1914 .....	7.211.916\$000
1915 .....	6.562.879\$000
1916 .....	9.542.372\$000
1917 .....	8.928.816\$000

Todo o ouro exportado saiu pelo porto do Rio de Janeiro. Até 1917 toda a exportação se destinou à Grã-Bretanha. Em 1917 parte foi remetida para a Inglaterra, parte para o Estados Unidos.

Assim foram para a Grã-Bretanha 2.100.873 grammas no valor de 4.457.753\$, papel, e para os Estados Unidos 2.267.897 grammas no valor de 4.482.063\$000.

O ouro remetido para os Estados Unidos tem por destino final o Canadá, onde foi sendo depositado como fundo de reserva.

O movimento de exportação por mezes foi no anno passado o seguinte:

	Valor Grammas mil réis, papel
Janeiro .....	502.881 1.091.200\$000
Fevereiro .....	206.648 455.948\$000
Março .....	359.563 790.432\$000
Abril .....	321.421 706.913\$000
Maior .....	497.639 981.841\$000
Junho .....	63.281 87.704\$000
Julho .....	783.374 1.539.330\$000
Agosto .....	831.263 661.702\$000
Setembro .....	364.165 743.240\$000
Outubro .....	363.840 731.052\$000
Novembro .....	—
Dezembro .....	600.604 1.147.754\$000

O Governo proibiu a exportação de todos os metais preciosos, embora apenas tivesse adquirido a produção integral do ouro. Parece, portanto, interessante resumir também os dados da Repartição de Estatística Commercial a respeito da exportação de prata nativa.

A exportação total de prata nativa foi no anno passado de 552.048 grammas no valor de 47.089\$, papel. Em 1914, o total da exportação foi de 2.885.144 grammas no valor de 126.593\$, papel; em 1915 de 726.456 grammas no valor de 44.792\$, papel, e em 1916 de 879.058 grammas no valor de 47.778\$000.

Assim, a exportação de ouro subiu até 1916 e depois se manteve estacionária e a de prata desceu até descermos.

A prata expatriada saiu todo do porto do Rio de Janeiro e no anno passado houve seguinte: para os Estados Unidos (com destino final para o Canadá) o valor é de 1.539.330\$000; para os Estados Unidos foram 828.892 grammas no valor de 1.147.754\$000.

Mas a aquisição directa pelo Estado de toda a produção de ouro terá, porém, importância especial. Será, como já mencionamos, a formação do verdadeiro fundo de resgate e de garantia, desse fundo que até agora, através das muitas evoluções da nossa política financeira, não passou da mitade dos compromissos ou das liberdades de compromisso.

Os Srs. Wenceslau Brás e Antônio Carlos, aproveitando das circunstâncias "rebeladas" do

Brasil, só a produção brasileira para manter a exportação de ouro em cerca de 15.000.000\$000.

Assim, só a produção brasileira garantiu para que possamos ter em pouco tempo o encaixe de ouro necessário para sanear, valorizar e estabilizar a nossa moeda fiduciária e o cam-

bio. O fundo de resgate e de garantia ha mais de dez annos deixou de ter existência real. Aparecia sómente no jogo da escripturação. Era um apparelho ficticio. Andou muito bem o Sr. Ministro da Fazenda pedindo e obtendo do Congresso a suspensão de suas operações, que o or-

gamento vigente autorizou e fixou...

A base de um verdadeiro fundo de resgate e de garantia só pode ser o ouro de verdade.

Que todos os povos experimentados e sa-

bidos tem feito é o único caminho pelo qual

os países de riqueza nascente engrandecem,

tornam estavel essa riqueza.

O Sr. Antônio Carlos, pelo contrato que ultimou com as principais companhias que extraem ouro no Brasil, vai adquirir o metal-padrão em barras e em barras o vai guardar no Tesouro Nacional, como encaixe e fundo de garantia. Assim ficará ainda mais clara e segura a intenção do Governo, de não se desfazer dessa reserva preciosa e previdente.

O saldo do movimento do antigo fundo de resgate e garantia, em poder do Banco do Brasil, serviu para as aquisições de 1917 e assim já estará o país em dia de 1918 de posse de valores reais que já representam uma somma relativamente considerável.

A experiência dos outros povos está mostrando ao Brasil o caminho a seguir. No tumulto da guerra, todos os países tratam de assegurar as suas reservas metálicas. Para garantir o cambio e evitar o transporte via numérico, belligerantes e neutros lançam empréstimos, uns mais pratas dos outros, assignam convenções adquirem matérias primas e viveres em troca de títulos, estabelecem modus vivendi para inutilizar qualquer remessa de ouro.

O Brasil gracia ao fino tacto do Sr. Mi-

nistro da Fazenda, obteve no convenio com a

Francia uma porção de garantias nesse sentido.

Todo o esforço seria, porém, vão — se não procurassemos impedir a exportação do ouro, que é aliás extraído do nosso próprio sub-solo.

A proibição da exportação de metais preciosos vai fixar no país valores que, convertidos em capitais, irão mais tarde fecundar e desenvolver o trabalho nacional.

Mas a aquisição directa pelo Estado de

toda a produção de ouro terá, porém, impor-

tância especial. Será, como já mencionamos, a

formação do verdadeiro fundo de resgate e de

garantia, desse fundo que até agora, através das

multiples evoluções da nossa política financeira, não passou da mitade dos compromissos ou das liberdades de compromisso.

Os Srs. Wenceslau Brás e Antônio Carlos,

momento, tiveram a feliz iniciativa de constituir de verdade o fundo de reserva metálica, sem o qual não ha organismo financeiro equilibrado e sem o qual não ha circulação valorizada e estavel.

#### 23º — O CONVENIO COM A FRANÇA

A 5 de Dezembro foi publicada a exposição de motivos pela qual o Sr. Antônio Carlos, Ministro da Fazenda, submeteu à aprovação do Sr. Presidente da República o convenio com a França, que foi promulgado por decreto de 8 de Dezembro.

Assim, não só grande parte dos navios utilizados não poderia ser imediatamente aproveitada, como a maior parte delas possue arqueação superior à que comporta o serviço de navegação entre os diversos portos do Brasil.

O Sr. Ministro da Fazenda não tratou sómente de obter fundos que facilitassem a sua missão de responsável pelas finanças federais e endossasse as áreas do Tesouro. S. Ex. não se contentou com a compensação oferecida pela utilização da grava dos trinta navios cedidos, por maior que ella fosse; foi além; quiz com muita razão e alta visão das coisas que o país, as classes produtoras, a colectividade também beneficiasse da cessão das 245.000 toneladas aos nossos bons amigos da França.

Assim o convenio oferece vantagens de ordem política, financeira e económica.

O acto político que representa é o do nosso auxílio directo e valioso aos Aliados; é, portanto, a prova mais decisiva da nossa solidariedade à causa dos povos que lutam pela emancipação do gênero humano.

O conjunto da operação tem assim importância política sob um ponto de vista geral, como a cessão em si mesma a tem sob um ponto de vista particular. Ao demais, é significativa a conservação do nosso privilégio nos navios utilizados pela França como é de valor a clausula que garante a conservação das tripulações brasileiras. Os ideais e os deveres políticos do Brasil foram assim atendidos, não só por esse aspecto particular da operação, como pelo conjunto do convenio, polo que todas as suas clausulas têm no momento actual grande alcance político.

O Sr. Ministro da Fazenda não se limitou, porém, à compensação financeira e à significação política do acto. Os 110 milhões de francos que a França vai pôr à disposição do Governo Federal aliviarião o Tesouro, garantirão durante algum tempo todos os serviços de pagamento no exterior. Ora, ninguém pôde deixar de reconhecer a importância financeira e económica dessa disponibilidade de fundos de que o Governo vai usar. O nosso comércio internacional vem dando ultimamente saldos entre a exportação e a importação. Mas é, como se sabe, um saldo fletido, porque as nossas despesas no exterior excedem ao seu valor. Agora, disporão de tão largos recursos no estrangeiro,

Mas o Governo não perdeu também de vista os nossos grandes interesses económicos.

O convenio assinado entre a França e o Brasil estabelece clausulas de equivalente reciprocidade.

deixaremos de enviar fundos e isso fará com que o saldo do comércio exterior fique no país e que o proprio produto dos impostos não se tenha de transformar em valores exportáveis. Desse modo, a operação, aliviando o Tesouro, desafogará o país e elevará gradativamente a taxa cambial.

Mas como já tivemos occasião de accentuar, o Sr. Ministro da Fazenda comprehendeu que a verdadeira missão dos governos não é tratar sómente das finanças públicas, mas da economia nacional. De resto, as finanças públicas dependem da prosperidade económica. Sem prosperidade económica não ha finanças estáveis e não ha prodigos financeiros que resistam ao depauperamento da economia do país. Assim o convenio atendeu aos interesses económicos e o Sr. Ministro preferiu, a uma quota maior de compensação directa ao Governo, largas garantias à nossa produção e ao nosso comércio. Não se aproveitarão os navios sómente para uma demonstração política, um auxílio internacional, e sim para activar o revolvimento económico do Brasil. O Governo pensou também nos que trabalham e produzem e que vão receber directamente o influxo benéficio das aquisições estabelecidas pelo convenio.

A navegação ficou assegurada. A cabotagem não sofreu nenhum prejuizo, porque os navios cedidos são de tonelagem que se presta nos serviços entre os portos brasileiros e o Lloyd e outras companhias nacionais vão continuar a desenvolver mais as suas linhas. Além disso, os transatlânticos utilizados pela França começaram a tocar na Bahia e em Pernambuco.

A navegação de longo curso vai receber um novo grande impulso. O Governo Francês comprometeu-se a realizar até 31 de Março de 1918 nunca menos de 40 viagens de ida e 35 de volta entre o Brasil e a Europa. O Lloyd continuará a disponer de 16 transatlânticos. O Lloyd Hollandês, a Royal Mail, o Lloyd Nacional manterão as suas linhas e a Chargeurs Réunis e a Sud Atlantique ficarão pelo convenio obrigadas a conservar as viagens actuais.

Assim, a questão de transporte não foi esquecida; foi, ao contrario, resolvida. Teremos maior numero de viagens para a Europa, e o Sr. Ministro da Fazenda tratou com especial atenção dessa parte da operação, tendo em vista assegurar a regularidade do nosso comércio internacional.

A importação é, no Brasil, uma função da exportação; tanto mais lucro se tem na exportação, mais se importa. O Governo federal, cuidando de garantir o escoamento dos nossos produtos, não poderá olvidar, como não oviu, o valor económico da importação, tanto mais quanto é dechia' que tira a União a maior parte de sua renda. Do aumento da exportação resultará o aumento da importação — tanto mais quanto, pela regularidade e desafogo dos nossos pagamentos no exterior, o saldo da balança

mercantil tenderá a se converter num beneficio real para o país.

O convenio atendeu, portanto, a questões políticas, económicas e fiscais. As questões fiscais se prendem às questões económicas e delas dependem. O Sr. Antônio Carlos não obteve sómente, como já vimos, a compensação financeira da cessão à França da grava dos trinta navios do convenio; conseguiu grandes garantias de ordem económica. Por isso, o Governo francês assegura a aquisição de dois milhões de sacas de café e outros produtos na importação de cem milhões de francos. E de evidente importância esse compromisso.

O café passa por uma crise, merecendo em parte da deficiencia de transporte, do retardamento e desaparecimento de alguns mercados, e em parte da especulação de alguns intermediários. A França, adquirindo dois milhões de sacas, renovará a crise da cotação e os preços tenderão para a alta e assim a economia nacional se ressentirá desse benefício e sobrará disponibilidades para o alargamento e intensificação de outras culturas.

A terceira semeadura de cestas vai-se estender em varias regiões do país. Os poderes públicos e as associações fomentam esse trabalho de renovação e de criação de riqueza, que irá tratar a vida no interior e aumentar as possibilidades de exportação. Precizamos exportar cada vez mais, não só como interesse nacional como também por um dever de solidariedade para com os nossos aliados da Europa. O nosso homem do interior, com apparelhamento técnico e de crédito, não tem recursos, porém, para uma grande intensificação de cultura, nem a esperança do escoamento de seus produtos. Só a certeza de verda imediata anima o nosso agricultor. Os governos estaduais e os diversos comitês vão prometendo preço mínimo, mas essa promessa perderá sua própria razão de ser, se não tivesse uma base para a sua afirmação. O convenio oferece essa base. Assim a sua clausula referente à compra pela França de 100 milhões de francos a produtos brasileiros funcionará como um preumo à nossa cultura de cestas.

O Governo francês coloca na Europa a disposição do Governo brasileiro as sommas estipuladas no contrato, e no Brasil os poderes públicos se encarregam das compras, servindo como intermediário o Banco do Brasil. A actual direcção do Banco será a melhor garantia do rigor e regularidade dessas transacções, através das quais não poderão penetrar os especuladores.

Por esse conjunto de circunstancias, o convenio, cuja negociação foi com tanta felicidade concluída pelo Sr. Ministro da Fazenda, abre vastos interesses e será de beneficia importante na vida financeira do país e na economia nacional.

24º A INTENSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO —  
O APPELLO DO PRESIDENTE E A RES-  
POSTA DO PAÍS

As circunstâncias especiais do mundo exigiram por toda a parte providências extraordinárias. As correntes commerciaes perdem, em muitos casos, o seu rumo tradicional; novas possibilidades aparecem e a situação geral em todos os países apresenta condições tão peculiares e no meio de tão grandes embargos delas tão vasta perspectiva, que os Governos não podem ficar inactivos e todos estão procurando intensificar a produção para alimentar ou aproveitar da guerra.

O Brasil até os meados do anno sofreu as boas e más consequências da conflagração sem ter tentado nenhum processo de organização. Declarada a guerra, a orientação geral mudou e o Governo resolreu cuidar a sério da augmentação da produção. Até então só se auxiliava a defesa do café, que aliás foi uma obra de grande importância para a economia nacional. O Sr. Presidente da Republica não fez sómente um apello ao país; de acordo com os seus ministros, tratou de fomentar a produção naciona, afim de que pudessemos cumprir, do modo mais efficiente possível o nosso dever de colaboradores na grande guerra ao imperialismo prussiano.

O Comitê da Produção Nacional, nomeado pelo Sr. Presidente da Republica, estudou e definiu questões e alvitres e dirigiu aos poderes publicos uma lista de providencias que lhe pareceram adequadas ao grande fim que todos procuravam.

A uniformização dos fretes, a armazémagem e a immunização dos cereais, a garantia dos preços mínimos, a expansão do crédito, foram medidas que o Comitê sugeriu e que serão de facto de proveito imediato. Convém, porém, não esquecer a necessidade de criar novas vias e novos processos de transporte, porque os actuaes, além de insuficientes, têm sofrido em consequência da careta e falta de combustivel.

A uniformização dos fretes corrigiria as dificuldades criadas pela própria extensão do paiz e a immunização dos cereais seria uma garantia para compensar também a lentidão e a extensão das viagens e a ausencia de transportes.

Paiz novo e devor, todo o nosso fomento de produção deve, porém, ser encaminhado sob um ponto de vista liberal e amplo. Nada de ilimitações e estertos. É de liberdade e fornento que precisamos.

Os outros povos, que estão tomando providencias extraordinárias, agem de acordo com as condições especiais do meio. Assim, na Europa, a limitação da exportação e da importação tem razão de ser, mas no Brasil, seria uma limitação sem base e sem comprehensão.

Na Europa, a restrição da importação não teve por fim sómente o equilíbrio do cambio. Os Governos europeus, limitando a importação, prohibindo mesmo a entrada de muitos objectos

luxo, tiveram em vista aproveitar do melhor modo possível a praça dos seus navios. A guerra criou novas correntes commerciaes e as suas necessidades absorventes, exigem o transporte de enorme material bellico e de subsistencia com destino especial. Além disso, pelas perdas e perdas requisitadas, a tonelagem disponivel diminuiu.

Os Governos então intervieram e procuraram limitar a importação de artigos de luxo, porque precisavam impedir que tomem nos navios o lugar das utilidades de aplicação essencial na guerra. Dahl a restrição da importação, na qual a questão do cambio é subsidiaria.

No Brasil não ha nada de semelhante. A nossa importação aumentou em relação aos anos de depressão consequente da grande guerra, mas está ainda muito abaixo do nível normal anterior a 1914. Qualquer difficultade nesse comércio só seria prejudicial. Os navios de longo curso não teriam lucro em vir ao Brasil, se só pudessem contar com o frete da nossa exportação. Isto a somma do que recebem na Idade da volta que dá vantagem ao seu comércio.

De modo que a restrição da importação iria

en-

tre

nós

refletir na exportação, porque esta ficaria ainda mais desprovida de prazas em consequência da diminuição do numero de viagens.

Na Europa, como já dissemos, o caso é diverso. A proibição dos artigos de luxo e outros tem por fim, não suprimir a importação, mas impedir que objectos não indispensáveis nesse momento excepcional não deixem tonelagem suficiente para o transporte do que é essencial na guerra.

A restrição e proibição da exportação de outros artigos têm na Europa e nos Estados Unidos um fim especial. Visam obstar que, atirando pela alta dos preços, saiam artigos necessários à alimentação do povo e dos Aliados. Essas medidas são postas sob o ponto de vista dos países em que foram applicadas, porque servem a regiões já completamente trabalhadas e que não podem produzir mais do que o de costume e que, de ordinário, em muitos casos, estão furtivamente deprimidas em consequência da guerra.

No Brasil, a situação é diversa. A nossa produção só estaciona quando o preço não é remunerador. Garantido o preço que pague as despesas da produção e de margem a lucro, facilitado o transporte, a área semeadura aumentará. Ha, de facto, deficiência de organização, deficiência que fará com que muitas zonas do paiz não possam tirar vantagem dessa própria garantia de preço: falta de transporte e de crédito, apparelho commercial. Mas assim mesmo a alta de preços provocada pela exportação funciona como um premio à produção —, como temos verificado nos últimos dois annos para determinadas classes de artigos que vamos explorando pela primeira vez.

Assim, para obter a abundância que nosso país tem relativa nos preços é permitir a colaboração económica com os nossos aliados, não

precizamos limitar a exportação como não conseguimos restringir arbitrariamente a importação para conseguir saldo favorável no intercambio externo; necessitamos justamente de estimular a produção pela garantia do preço e do escoamento, pelo augmento das transacções comerciaes — tão necessárias para estabilidade e desenvolvimento da renda da União e dos Estados e para regularidade dos nossos pagamentos de paiz devedor.

As palavras pronunciadas pelo Sr. Pereira Lima, na sua visita de despedida aos seus collegas de directorio da Associação Commercial, foram perfeitamente justas e sensatas; o novo Ministro da Agricultura soube, em formulações simples e felizes, definir o problema mostrando como cabiam no Brasil as medidas de exceção e proibição que vão decretando na Europa e nos Estados Unidos com um fim que não torna a menor razão de ser no nosso paiz. O discurso do Sr. Pereira Lima na Associação Commercial, como o do Sr. Antônio Carlos na Sociedade Nacional de Agricultura, revela a salutar orientação do Governo no sentido de desenvolver indefinidamente a capacidade de produção do paiz, sem pensar em limitações que seriam inconvenientes e prejudiciares.

#### 25.º A SOLUÇÃO BANCARIA

O problema do fomento agrícola, pastoril, industrial e comercial responde sobre o crédito.

O crédito agrícola precisa de um apparelhamento especial. Mas sem o apoio de um regime bancário não poderá prosperar. Assim todas as

medidas de protecção, para se conservarem, necessitam da renovação de crédito que a intervenção do Estado não pode fornecer indefinidamente.

Só a elasticidade do crédito dará estabilidade à produção e grandes elementos de expansão ao comércio. O crédito agrícola precisará do apoio de uma rede bancária ampla e sólida.

Todo o problema do fomento da agricultura responde ao problema do crédito. O crédito agrícola depende, entretanto, do crédito geral e assim só a ampliação dos serviços do nosso principal banco, orgão nacional de propulsão e equilíbrio económico, pode garantir, de um modo permanente, o desenvolvimento indefinido da produção.

Não é possível, porém, tratar do crédito sem facilitar a vingão.

De facto, as tarifas elevadas das estradas de ferro, a impossibilidade de outro modo de condução, a falta de disponibilidade nos próprios trens que cobram tão caro — tornam bem precária em muitas zonas do paiz — a intensificação dos campos que o Governo com intuições tão louváveis procura provocar e amparar.

O problema é de facto complexo. As empresas de transportes lutam também com dificuldades novas. Mas o uso da linha não onera, ao contrario, alivia as despesas das estradas de ferro. De modo que estudando com calma e vontade de acertar, ainda será possível chegar a uma formula que concilie tanto os interesses da agricultura com os das explorações ferroviarias.

As agencias do Banco do Brasil prestam assim grandes serviços de ordem, económica, social

Os agricultores estão atendendo ao patriótico apello do Governo. Em S. Paulo, Minas e Rio de Janeiro, augmentam e se estendem as plantações. A canna, o milho, o feijão, o arroz, as batatas vão sendo cultivados em zonas cada vez mais vastas e em escala cada vez maior.

Toda essa produção precisa de escoamento. De outro modo se tornará inutil e contraprodutivo. São generos de facil deterioração e que portanto não podem também ficar indefinidamente a espera de lugar nos trens que dãoem para o litoral.

E tempo de estudar a sério esse aspecto do problema. O fracasso nos meios de condução esmorecerá e desanimará os agricultores.

Um dos factores da relativamente pequena produção brasileira foi sempre a dificuldade de transporte. A agricultura teve sempre de limitar o seu campo, não a sua capacidade de produção, mas aos recursos de escoamento da sua região.

Os agricultores atenderam ao apello do Governo. E' preciso agora que o Governo atenda ao apello dos agricultores.